



ACTA N.º 10 – Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, nesta Cidade de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e trinta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelos senhores Sérgio Reis Ribeiro e Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Acta N.º 9 – Sessão Ordinária de 30 de Dezembro de 2010;**
- 2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município;**
- 3 – 1.ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos**
 - 1.ª Revisão ao Orçamento;**
- 4 – Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal (previsional) 2011;**
- 5 – Adesão do Município de Santa Maria da Feira ao Consórcio IIIES – Instituto Internacional de Investigação e Educação para a Saúde;**
- 6 – Suspensão parcial do Plano Director Municipal (*deliberação da Assembleia de 24/06/2005*)**
 - Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais, Acolhimento Empresarial e Logística;**
- 7 – Aumento de capital e alteração dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (*para conhecimento*);**
- 8 – Aquisição de Bens “Fornecimento de Combustíveis e Equipamento Necessário ao Abastecimento e Software de Gestão de Frota”**
 - Autorização da Repartição de Encargos.**

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Celestino Augusto Soares Portela, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Márcio dos Santos Correia.

Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros



presentes. -----

Iniciando a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia propôs que a Assembleia aprovasse um voto de pesar e guardasse um minuto de silêncio em honra de Diamantino Sá, o bombeiro de Lourosa que faleceu, ao fim de alguns meses internado no hospital, não resistindo às lesões provocadas num incêndio ocorrido no passado Verão. Verificando que toda a Assembleia manifestou concordância com a sua proposta, o Sr. Presidente da Assembleia promoveu um minuto de silêncio em memória do bombeiro Diamantino Sá, que foi guardado em seguida. ---

Posto isso, deu nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de três credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquela Junta – Rui Fernando Guedes Ribeiro; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquela Junta – Alberto de Oliveira Tavares; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquela Junta – Bernardino Manuel Martins de Couto. -----

Informou, também, que quatro deputados municipais – nomeadamente os membros Pedro Miguel de Pinho Pereira (PSD), Marco Aurélio Oliveira Jesus (PS), António de Oliveira e Silva (BE), e Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes (CDU) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos nesta sessão. -----

Comunicou que, nos termos da Lei, o membro Pedro Pereira era substituído, na sessão, pelo Sr. Alberto Oliveira Malta, e que o membro Marco Jesus era substituído pelo Sr. Manuel António de Oliveira Ferreira. -----

Quanto à substituição da deputada municipal Lúcia Gomes, referiu que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária (CDU) – Ricardo Jorge Dias Cardoso – através de comunicação remetida à Mesa, solicitou, de igual forma, ser substituído. Verificando-se que o cidadão imediatamente a seguir nessa lista – Pedro Lopes de Almeida – se encontrava presente para o efeito, então o Sr. Presidente da Mesa informou a Assembleia que o Pedro Almeida substituíra, na sessão, a deputada municipal Lúcia Gomes. -----

Disse que o mesmo se passava em relação ao pedido de substituição do membro António Silva, dando nota que os dois cidadãos seguintes da lista da mesma força partidária (BE) –



Nuno Miguel Pinto Serrano e Patrícia Carla Gomes Moreira – através de comunicações remetidas à Mesa, solicitaram ser substituídos. Verificando-se que o cidadão imediatamente a seguir nessa lista – Pedro Filipe Gomes Soares – se encontrava presente para o efeito, então o Sr. Presidente da Mesa informou a Assembleia que o membro Pedro Soares substituíra, na sessão, o membro António Silva.-----

Para além desses membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Adriana Marisa da Silva Cardoso; Adriano Serafim Resende Martins; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Ângelo César da Silva Castro; Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa; António Alves Cardoso; António André da Silva Topa; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Manuel da Mota Pinho; Manuel Fernandes Pinheiro; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Richard Armando de Sá Neves; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Samanta Joana da Silva Maia; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Canedo – Manuel de Jesus; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Fiães – Bernardino Henriques Ribeiro; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Guisande – Mário Luís Fernandes da Silva; Lobão – José Henriques dos Santos; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Sérgio Reis Ribeiro; Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Sanguedo – José Nogueira da Silva; S. João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; São Miguel de Souto – António Feliciano Tavares Pinho; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva; Vale – Joaquim de Almeida Rocha; e Vila Maior – Manuel Mota Araújo.-----



Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontra disponível a relação, bem como os respectivos documentos, para que os Srs. membros os possam consultar, caso o pretendam.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 30 de Dezembro de 2010:-----

- “Justificação de falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Vale – Joaquim de Almeida Rocha, à Sessão Ordinária realizada pela Assembleia Municipal no dia 30 de Dezembro de 2010;-----
 - Justificação de falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Romariz – Manuel Jacinto Moreira, à Sessão Ordinária realizada pela Assembleia Municipal no dia 30 de Dezembro de 2010;-----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando fotocópia da moção aprovada, por unanimidade, por aquele Órgão, sobre o Teatro Nacional de S. João e o Teatro do Bolhão;-----
 - Ofício da Directora de Departamento da Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da Agenda Metropolitana da Cultura – “iporto 17”, que agrupa os eventos culturais dos municípios da Área Metropolitana do Porto, referente ao primeiro trimestre de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, teor da recomendação aprovada por este Órgão na sua sessão realizada no dia 30 de Dezembro de 2010, subordinada ao assunto “Pela adesão do município de Santa Maria da Feira ao “Pacto de Autarcas”;-----
 - E-mail do representante do Bloco de Esquerda na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Dezembro de 2010 – Nuno Serrano, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, no seguimento do sugerido nessa sessão pelo Sr. Presidente da Câmara, as questões que efectuou na mesma, com vista à obtenção das devidas respostas, por parte da Câmara Municipal;-----
-



- E-mail do membro Rui Tavares, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, no seguimento do sugerido pelo Sr. Presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Dezembro de 2010, as questões que efectuou na mesma, com vista à obtenção das devidas respostas, por parte da Câmara Municipal; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as respostas às questões levantadas pela deputada municipal Lúcia Gomes, na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Dezembro de 2010; ----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 27 de Dezembro de 2010;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à deputada municipal Lúcia Gomes, remetendo cópia do ofício que lhe foi endereçado pelo Sr. Presidente da Câmara, onde são dadas as respostas às questões levantadas pela deputada municipal, na sessão da Assembleia realizada no dia 30 de Dezembro de 2010; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando o teor da moção de protesto aprovada por este Órgão na sua sessão de 30 de Dezembro de 2010, pelo facto da via que liga Santa Maria da Feira (A1) a Arouca não ter sido incluída no Orçamento de Estado para 2011, às seguintes entidades: -----
 - Sr. Primeiro-Ministro, -----
 - Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, -----
 - Presidentes dos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, PCP, Bloco de Esquerda, e Partido Ecologista “Os Verdes”,-----
 - Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arouca, -----
 - Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Arouca; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, cópia do documento entregue à Mesa da Assembleia, pelo membro António Cardoso, no decorrer da sessão da Assembleia realizada no dia 30 de Dezembro de 2010, sobre a aplicação da Lei n.º 26/2010, de 30 de Março; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia, ao membro deste Órgão – António Alves
-



- Cardoso, devolvendo boletins itinerários respeitantes às deslocações levadas a cabo por aquele membro, para estar presente nas reuniões da Assembleia Metropolitana do Porto, pelo facto do pagamento do subsídio de transporte referente a essas deslocações ser da competência da própria Assembleia Metropolitana do Porto; -----
- Requerimento do membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Bolsa de Emprego da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, cópia do requerimento apresentado pelo membro António de Oliveira e Silva, sobre o assunto “Bolsa de Emprego da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros da Assembleia Municipal, remetendo cópia da versão em vigor do Regimento da Assembleia, após as alterações aprovadas na sessão ordinária de 30 de Dezembro de 2010; -----
 - Ofício do Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção de protesto aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Dezembro de 2010, pelo facto da via que liga Santa Maria da Feira (A1) a Arouca não ter sido incluída no Orçamento de Estado para 2011; -----
 - Ofício do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção de protesto aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Dezembro de 2010, pelo facto da via que liga Santa Maria da Feira (A1) a Arouca não ter sido incluída no Orçamento de Estado para 2011; ----
 - Ofício do Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção de protesto aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Dezembro de 2010, pelo facto da via que liga Santa Maria da Feira (A1) a Arouca não ter sido incluída no Orçamento de Estado para 2011, e informando que, face à delegação de competências existente, foi a mesma enviada ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a
-



- minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 10 de Janeiro de 2011;-----
- Ofício do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção de protesto aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Dezembro de 2010, pelo facto da via que liga Santa Maria da Feira (A1) a Arouca não ter sido incluída no Orçamento de Estado para 2011;----
 - Ofício do Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção de protesto aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Dezembro de 2010, pelo facto da via que liga Santa Maria da Feira (A1) a Arouca não ter sido incluída no Orçamento de Estado para 2011;-----
 - Ofício da Subinspectora-Geral das Finanças – Dr.^a Maria do Rosário Torres, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que a Inspeção-Geral de Finanças iria iniciar, no dia 03 de Fevereiro de 2011, uma auditoria ao Município de Santa Maria da Feira, inserida no projecto “Controlo de Áreas Críticas da Receita e Despesa Autárquica”;
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, na sequência do requerimento efectuado pelo membro deste Órgão, António de Oliveira e Silva, subordinado ao assunto “Bolsa de Emprego da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”, resposta ao mesmo;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, remetendo cópia do ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, onde é dada resposta relacionada com o assunto “Bolsa de Emprego da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”, na sequência do requerimento efectuado pelo membro António Silva, a esse propósito;-----
 - Justificação de falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues, à sessão ordinária realizada pela Assembleia Municipal no dia 30 de Dezembro de 2010;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 24 de Janeiro
-



- de 2011;-----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que o Município vai proceder ao pagamento das senhas de presença, às sessões da Assembleia, aos Presidentes de Junta de Freguesia que se encontrem em regime de não permanência, de acordo com o levantamento efectuado a cada Junta de Freguesia, conforme cópia do resumo que anexou ao ofício;-----
 - Comunicação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por parte das organizações promotoras do Manifesto intitulado “Investir na Educação – Defender a Escola Pública!”, apresentando o teor do manifesto em causa e solicitando que o mesmo fosse presente à Assembleia Municipal, com vista à aprovação da subscrição do manifesto por parte deste Órgão;-----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão extraordinária que aquela Assembleia realizou no passado dia 21 de Fevereiro de 2011, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de Fevereiro de 2011, bem como informando qual a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2011, e indicando a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as respostas às questões levantadas pela membro Rui Tavares, na sessão da Assembleia realizada no dia 30 de Dezembro de 2010;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as respostas às questões levantadas pelo membro Nuno Serrano, na sessão da Assembleia realizada no dia 30 de Dezembro de 2010;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro Rui Tavares, remetendo cópia do ofício que lhe foi endereçado pelo Sr. Presidente da Câmara, onde são dadas as respostas às questões levantadas por aquele membro na sessão da Assembleia realizada no
-



- dia 30 de Dezembro de 2010;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao representante do Bloco de Esquerda na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de Dezembro de 2010 – Nuno Serrano, remetendo cópia do ofício que lhe foi endereçado pelo Sr. Presidente da Câmara, onde são dadas as respostas às questões levantadas pelo Nuno Serrano, naquela sessão; ----
 - E-mail do membro deste Órgão – Pedro Pinho Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando não poder estar presente nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011, por motivos profissionais, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na mesma pelo cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Social Democrata; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Actividade e Situação Financeira do Município (para ser presente nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011); -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), relativo a aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de Fevereiro de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, do aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 28 de Fevereiro de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 07 de Fevereiro de 2011;-----
 - Ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o Relatório de Actividades daquela Comissão, relativo ao ano de 2010;-----
 - Comunicação do membro deste Órgão – Marco Aurélio Jesus, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011, por motivos profissionais, requerendo,
-



- por isso, a sua substituição na mesma pelo cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Socialista;-----
- Comunicação da deputada municipal Lúcia Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011, uma vez não lhe ser possível estar presente por motivos profissionais, bem como a sua substituição pelo cidadão seguinte na lista eleitoral da Coligação Democrática Unitária;-----
 - Comunicação de Ricardo Jorge Dias Cardoso – cidadão seguinte à Lúcia Gomes na lista eleitoral da Coligação Democrática Unitária, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011, uma vez não lhe ser possível estar presente por motivos profissionais, bem como a sua substituição pelo cidadão seguinte na mesma lista eleitoral;
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar de “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da Justiça sobre o “Tribunal de Santa Maria da Feira”;-----
 - E-mail da munícipe Carla Marisa Pimentel Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando intervir nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011, no âmbito do assunto: “o possível encerramento dos serviços de finanças de Feira II, III e IV”;-----
 - Comunicação do membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, uma vez não lhe ser possível estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011, a sua substituição pelo cidadão seguinte na lista eleitoral do Bloco de Esquerda;-----
 - Comunicação de Nuno Miguel Pinto Serrano – cidadão seguinte ao António Silva na lista eleitoral do Bloco de Esquerda, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, uma vez não lhe ser possível estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011, a sua substituição pelo cidadão seguinte na lista eleitoral do Bloco de Esquerda;-----
 - Comunicação de Patrícia Carla Gomes Moreira – cidadã seguinte ao Nuno Serrano na lista eleitoral do Bloco de Esquerda, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, uma vez não lhe ser possível estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia
-



Municipal de 28 de Fevereiro de 2011, a sua substituição pelo cidadão seguinte na lista eleitoral do Bloco de Esquerda; -----
- Diversos jornais e revistas”. -----

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou de que dera entrada na Mesa dois votos de louvor, quatro moções e duas recomendações, apresentadas pelos membros Pedro Almeida (CDU) e Pedro Filipe Soares (BE), e que as passaria a submeter a discussão. Antes disso, pediu a um dos Secretários da Mesa para ler esses documentos, pela ordem de entrada na Mesa, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

Voto de Louvor apresentado pelo membro Pedro Almeida (CDU):-----

“De acordo com o Censos 2001, 6.202 cidadãos e cidadãs feirenses são deficientes e/ou com mobilidade reduzida, o que representava, à data, 4,6% da população total. -----
Sabemos as dificuldades com que estas pessoas se defrontam no seu dia-a-dia, vivendo e sentindo na pele discriminações ou dificuldades com que a maioria dos cidadãos não se deparam. -----

Contudo, são pessoas, seres humanos capazes de feitos notáveis, como comprovam os atletas da Natação Adaptada de Santa Maria da Feira. Entre outros triunfos, estes atletas contam em 2010 com 3 Recordes do Mundo Síndrome de Down Júnior, o 2.º Lugar Masculino Classificação Geral do Campeonato Nacional de Inverno ‘10 – Lamego [Deficiência Intelectual], 1 Recorde do Mundo Síndrome de Down Júnior e 1 Recorde da Europa Síndrome de Down Júnior no 5.º Campeonato do Mundo de Natação DSISO [Down Syndrome International Swimming Organisation] Taiwan 2010 e em 2011 com 1 Recorde da Europa Síndrome de Down Júnior, 8 Recorde Nacionais (6 Motores e 2 de Paralisia Cerebral) na Competição de Natação Adaptada, em Santa Maria da Feira e o 1.º Lugar Femininos Classificação Geral do Campeonato Nacional de Inverno ‘11 – Portimão [Deficiência Intelectual]. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 28 de Fevereiro de 2011, delibera aprovar um Voto de Louvor a todos os atletas de natação adaptada Feira Viva, professores e respectivas famílias e dele dar conhecimento à Feira Viva Natação Adaptada e todos os atletas, reconhecendo todo o seu mérito e dedicação.” -----



Moção apresentada pelo membro Pedro Almeida (CDU): -----

“DIA INTERNACIONAL DA MULHER 2011-----

COMEMORAR E LUTAR PARA DAR DIGNIDADE À VIDA DAS MULHERES-----

Considerando que: -----

- A afirmação do 8 de Março é fundamental para homenagear as mulheres que ontem e hoje lutaram pelos direitos das mulheres e contra a discriminação, bem como para exigir as condições necessárias para uma vida digna. -----

- Em 1910, Clara Zetkin propôs numa Conferência Internacional de Mulheres a comemoração de um Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, dia de manifestação pela emancipação das operárias e pelo direito ao voto, que viria a ser celebrado pela primeira vez há 100 anos atrás, em 1911.-----

- A população feminina desempregada aumentou 7,1% no último trimestre de 2010, particularmente entre as jovens dos 15 aos 24 anos; elas, mais uma vez e como sempre, são a maioria representando 60,12% dos desempregados no Município Feirense; os abonos de família foram cortados ou eliminados a 1 milhão e 300 mil crianças e jovens; as mães trabalhadoras encontram cada vez maiores obstáculos no cumprimento dos direitos da maternidade; as pensões foram todas reduzidas mantendo-se as pensões de invalidez e velhice das mulheres mais baixas do que as dos homens. -----

- A dificuldade no acesso aos cuidados de saúde, o aumento das taxas moderadoras e dos preços de medicamentos e a alteração ou desaparecimento das comparticipações, são questões fundamentais que atingem as populações, particularmente as mulheres, dada a redução do número de médicos e enfermeiros, a restrição de exames complementares de diagnóstico mesmo aqueles que lhes são indispensáveis como as mamografias, citologias, ecografias mamárias e densitometrias ósseas. -----

- O aprofundamento da pobreza e a exclusão social, de todas as formas de violência incluindo a violência doméstica, da prostituição e do tráfico de pessoas, dos problemas das pessoas imigrantes ou com deficiência, atingem de forma mais dramática as mulheres, colocando-as numa situação de vulnerabilidade e desigualdade. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 28 de Fevereiro delibera:-----

1. Saudar todas as mulheres, em Portugal e no mundo, celebrando o Dia Internacional da Mulher como uma jornada de comemoração mas também de homenagem à luta pelos direitos



- das mulheres. -----
2. Exortar todas as mulheres para que, à semelhança das que há 100 anos saíram às ruas, defendam os seus direitos. -----
 3. Reclamar do Governo uma mudança de rumo, seguindo políticas que garantam aos homens e mulheres uma vida digna e com qualidade, que assegurem a igualdade e a não discriminação e que contribuam para um país justo e equilibrado.” -----
-

Moção apresentada pelo membro Pedro Almeida (CDU): -----

“INVESTIR NA EDUCAÇÃO, DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA -----

Considerando o Manifesto enviado por 16 organizações representativas de pais, professores e alunos, solicitando a subscrição e divulgação por parte da Assembleia Municipal do mesmo; -- Considerado que o Manifesto invoca «a defesa de um efectivo investimento na Educação (...) em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva (...) contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento»;-----

Considerando que a diminuição do investimento na escola pública tem tido impactos negativos no Município Feirense, transferindo competências para a autarquia sem a transferência de meios correspondentes, atrasando as obras nas escolas e fazendo com que os estudantes permaneçam em contentores, sem condições pedagógicas adequadas;-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 28 de Fevereiro de 2011 delibera subscrever o Manifesto «Investir na educação defender a escola pública».-----

Recomendação apresentada pelo membro Pedro Almeida (CDU): -----

“DIVULGAÇÃO DA SITUAÇÃO NO SAHARA OCIDENTAL-----

A realização do Simpósio Sete Sóis Sete Luas na Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira tem servido para a discussão e divulgação de temas fundamentais ligados a direitos humanos, questões sociais, transformação da sociedade e do mundo. -----

Nesse sentido, e considerando a recente realização da exposição fotográfica e debate pelo Movimento Democrático de Mulheres na Biblioteca de Santa Maria da Feira, «Um olhar feminino sobre as mulheres do Sahara Ocidental» que contou com o apoio institucional e presencial da Câmara Municipal, nomeadamente através da presença da Sra. Vereadora



Cristina Tenreiro, a CDU entende que mais poderá ser feito na divulgação da situação vivida pelo povo saharai. -----

Um povo que luta pela sua independência há 35 anos, reconhecido como Estado por 83 países, sujeito a violações diárias dos seus direitos humanos como povo e como indivíduos (como é exemplo a agressão sofrida pelos saharais no Fórum Social Mundial), cujos activistas de várias nacionalidades sofreram já prisões e agressões, um povo que sofre com falta de bens essenciais como água, cercado pelo maior muro do mundo, o “muro da vergonha”, com 1720 km e 160.000 polícias a vigiá-lo diariamente.-----

Assim, e tendo em conta o historial de excepção do Simpósio, que contou já com Fernando Savater (filósofo), Henrique Cymerman, Giuliana Sangrena, Olivier Toscani, Salman Rushdie, Bernard Henri-Lévy, Paul Rusesabagina, José Saramago, Shirin Ebadi, entre muitos outros, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 28 de Fevereiro de 2011 recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que envide todos os esforços para que a realização do próximo Simpósio possa contar com um representante da República Árabe Saharaui Democrática no seu painel como mais um contributo para a discussão sobre os direitos humanos e a independência dos povos.” -----

Moção apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE):-----

“CONTRA O ENCERRAMENTO DE SERVIÇOS DE FINANÇAS NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

O Ministério das Finanças pretende encerrar vários Serviços de Finanças no Concelho de Santa Maria da Feira, passando a existir apenas um Serviço de Finanças central, na sede do Concelho.-----

A fusão e encerramento de vários Serviços de Finanças, a concretizar-se, traduzir-se-á, numa redução da qualidade do serviço e numa redução de número de trabalhadores. Esta é a realidade a que assistimos em vários concelhos onde já se enveredou por este caminho. -----

A concretizar-se o encerramento de Serviços de Finanças, existirá também um rude golpe para a dinâmica socioeconómica nas Freguesias que hoje têm serviços de Finanças. Como é conhecido, a existência de serviços públicos potencia a criação de dinâmicas locais ao nível do pequeno comércio, que será afectado com estes encerramentos.-----

A responsabilidade social que cabe às empresas em geral, mais depressa é de exigir aos



serviços do Estado e não se compagina com as justificações economicistas invocadas para esta fusão de serviços, como seja a de poupar no aluguer das instalações do Serviço de Finanças para depois negociar com um privado, sem qualquer concurso público o aluguer das novas instalações. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida no dia 28 de Fevereiro de 2011, delibera: -----

- 1) Manifestar a sua total discordância com o encerramento previsto de vários Serviços de Finanças no Concelho, que aumentará as assimetrias entre a sede do Concelho e as outras Freguesias, acarretando um retrocesso económico e social, em particular numa altura de crise social e económica grave;-----
- 2) Considerar que a medida prevista de encerramento dos Serviços de Finanças é um ataque às populações do Concelho e um desrespeito por um dos maiores Concelhos do País; -----
- 3) Solicitar à Câmara Municipal que desde já conteste a decisão junto do Governo, recorrendo a todos os mecanismos ao seu alcance para evitar o encerramento dos vários Serviços de Finanças do concelho.”-----

Recomendação apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE): -----

“A Viagem Medieval começou como um evento organizado pela Escola Primária N°1 – na altura designada como Feira Medieval – depressa se tornou na principal atracção turística do nosso Concelho. -----

Para além da vertente turística que encerra, tornou-se num motor de desenvolvimento cultural do concelho dado que a participação de grupos concelhios na animação cultural do evento é crescente. Esta participação permitiu a implementação e consolidação de vários agrupamentos culturais.-----

Por outro lado, assume, também, características de Festa Popular, no verdadeiro significado da expressão, congregando o espírito criativo e empreendedor dos Feirenses com uma enorme capacidade de bem receber quem nos visita.-----

Assim sendo a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida no dia 28 de Fevereiro de 2011, decide recomendar à Câmara Municipal que: -----

- 1) A aposta na vertente cultural com produção concelhia seja crescente, proporcionando um espaço de excelência para que se possa mostrar a actividade cultural que é produzida no
-



concelho. -----
2) O cariz de Festa Popular seja realçado, levando uma nova vivência às actividades culturais que são desenvolvidas. Desta forma, a manutenção da gratuidade no acesso ao recinto da Viagem Medieval é indispensável.” -----

Voto de Louvor apresentado pelo membro Pedro Filipe Soares (BE): -----

“LEVANTAMENTOS POPULARES EM DEFESA DA DEMOCRACIA -----

A luta popular, espontânea, levantou-se em defesa da Democracia, contra a opressão ditatorial. As lutas a que assistimos na Tunísia, Egipto, Líbia, Argélia, Irão, Iémen, Bahrein, são protagonizadas por uma geração de jovens, a geração mais qualificada de sempre em cada um destes países, mas que não tem qualquer perspectiva de emprego ou futuro. -----

A disputa é pela Liberdade e pela Democracia. Por realidades que rompam com a brutal herança das ditaduras. São homens e mulheres que dão a sua vida por estes ideais, tomando nas mãos os seus destinos. A ideia de que é possível romper com os regimes ditatoriais nestes países começou com a Tunísia, e, rapidamente, o grito pela Democracia e pela Liberdade se foi espalhando.-----

O nosso país tem ainda a memória dos tempos em que Portugal se encontrava sob o jugo da ditadura. Assim, sentimos ainda mais forte este clamor pela Liberdade, esta procura de um país com futuro, a necessidade de respostas para os anseios de toda uma juventude. Os tempos que se vivem nestes países são ainda incertos e muito caminho falta percorrer para se poder perceber se os objectivos foram alcançados. Contudo, não podemos deixar de saudar estas lutas que, de tão nobres exemplos, ficarão certamente na história deste novo século.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida no dia 28 de Fevereiro de 2011, delibera aprovar um Voto de Louvor aos povos em luta pela Liberdade e pela Democracia, contra os regimes ditatoriais que os oprimem.” -----

Moção apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE):-----

“DIA EUROPEU DA VÍTIMA E DIA INTERNACIONAL DA MULHER -----

1. Considerando o Dia Europeu da Vítima de Crime, acontecimento assinalado no passado dia 22 de Fevereiro, bem como o Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de Março;-----
 2. Recordando que o Dia Internacional da Mulher foi adoptado pelas Nações Unidas para
-



comemorar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres, assim como para salientar a discriminação e a violência a que muitas ainda hoje são submetidas, em todo o mundo;-----

3. Considerando que muitas discriminações de género ainda persistem, como se percebe pela diferença de vencimentos entre homens e mulheres. Os dados estatísticos europeus indicam que as mulheres ganham, em média, 18% menos do que os homens, o que em Portugal significa ganharem menos 167 €, em média, por mês. -----

4. Tendo em conta que, de acordo com os dados estatísticos da APAV – Associação de Apoio à Vítima, o número de crimes de violência doméstica registados em 2010 aumentou 25% face ao ano anterior, designadamente os maus tratos físicos (4.389 casos) e os maus tratos psicológicos (5.293); -----

5. Admitindo a violência doméstica como uma grave violação dos Direitos Humanos, o seu combate deve ser empreendido como um dos objectivos fundamentais para a consecução de uma sociedade justa e igualitária, facto que implica uma política concertada e estruturada e a dotação do país com estruturas de apoio e atendimento, já previamente definidas no III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, onde estes objectivos estão em consonância com orientações e normas nacionais, europeias e internacionais, nas quais Portugal se encontra vinculado e com as quais se comprometeu; -----

6. Assumindo que o Município de Santa Maria da Feira deve assumir a defesa da cidadania plena, através da promoção e defesa dos direitos humanos e da criação de espaços e políticas de solidariedade; -----

7. Ressalvando a importância e responsabilidade das autarquias na criação das condições e estruturas previstas na legislação, nomeadamente no constante no IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica para o triénio 2010/2013 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010) e a Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro; -----

8. Entendendo que a qualidade da democracia de um concelho mede-se pelo modo como se relaciona com os grupos sociais considerados mais desfavorecidos e como age para reverter as relações de poder para mudar a vida dos mais carenciados. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida no dia 28 de Fevereiro de 2011, delibera:-----

1. Saudar a luta feminista que tem permitido uma evolução civilizacional, combatendo as



- desigualdades de género.-----
2. Condenar todas as formas de violência doméstica, sexual e de género. -----
 3. Recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que promova, no próximo dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, uma Campanha de Divulgação e Esclarecimento à população sobre matérias de violência doméstica, em parceria com as associações e organizações da sociedade civil com trabalho desenvolvido no apoio às vítimas de violência doméstica.-----
 4. Recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que enriqueça a Biblioteca Municipal com literatura acerca da temática da Igualdade de Género e Violência Doméstica. --
 5. Recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade de Género de Santa Maria da Feira, como instrumento espelho da realidade e que avance com medidas de apoio e promoção da igualdade entre homens e mulheres, seja na participação social, política ou profissional. -----
 6. Recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que apresente anualmente a esta Assembleia Municipal um relatório sobre as iniciativas adoptadas para a implementação das medidas supracitadas.”-----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* disse que, conforme o combinado, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais, passando, em primeiro lugar, a palavra ao membro Pedro Almeida.-----

Interveio o membro *Pedro Almeida* (CDU), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Porque acreditamos que não se fazem omeletas sem ovos, trazemos a esta Assembleia a proposta de subscrição do Manifesto “Investir na Educação, Defender a Escola Pública!”. O nosso governo, à revelia do interesse do desenvolvimento local, vem revelando ser pródigo em atirar o pó para debaixo do tapete... dos outros. Num momento em que as autarquias vêm a sua situação financeira colapsar, o governo vem subtrair-se ainda mais no que toca a responsabilidades para com as escolas (objectivamente, ao reduzir em 803 milhões de euros a verba destinada à educação), obrigando a novos investimentos pela parte do poder local. Ao esvaziar de conteúdos o compromisso de uma escola pública universal, qualificada e



inclusiva, o Governo deixa as Escolas à mercê do destino, sem que se perceba quem irá suportar esses custos. Neste momento, há já vários casos de atrasos no pagamento das refeições escolares por parte das câmaras municipais às empresas fornecedoras, e já há municípios a querer denunciar o contrato com o Ministério da Educação no que respeita à oferta de Actividades Extra Curriculares (as chamadas AEC's). Entretanto, continuam a encerrar escolas e a planificar a régua e esquadro, desde as Direcções Regionais de Educação, a formação de mega-agrupamentos, cujo único objectivo é, à conta do “emparcelamento” de escolas, diminuir custos, mesmo que isso seja ao arpejo de políticas locais, definidas nas cartas educativas. Estamos a falar de medidas que desenham novas assimetrias em que se desvaloriza claramente a escola pública. -----

A propósito, gostaríamos que a Câmara Municipal nos informasse se, como consta, já participou em reuniões com representantes do Ministério da Educação para a criação dos mega-agrupamentos no nosso Concelho. O que é que está previsto, se é que a Câmara foi ouvida para tal?-----

É contra este rumo economicista e burocrático que a “Plataforma da Educação”, promovida por representantes de professores, profissionais de educação, associações de pais, estudantes, e representantes da administração local, se indigna e vem propor um Manifesto que exige uma mudança no rumo da política educativa, consagrando mais atenção às condições reais em que funcionam as nossas escolas, contra os cortes cegos no ensino, e reivindicando um investimento real na educação.-----

E porque o essencial mesmo são as pessoas, é com muita satisfação que vimos aqui hoje propor também um Voto de Louvor para a nossa equipa de natação adaptada, cujas recentes vitórias vêm mostrar que nenhum obstáculo é intransponível, quando há espírito e vontade. Para eles vai a nossa profunda admiração, reconhecimento e gratidão pelo serviço que prestam ao Concelho de Santa Maria da Feira. -----

E a propósito da recente iniciativa do MDM – Movimento Democrático das Mulheres nesta biblioteca, que a Câmara Municipal apoiou, para debater a situação do povo do Sahara Ocidental, cujas mulheres desempenham um papel fundamental na organização social, trazemos também aqui uma recomendação para que se encetem esforços no sentido de aumentar a visibilidade da catástrofe humanitária que vitima o povo Sarauí, aproveitando o enquadramento local do festival internacional Sete Sóis Sete Luas, que já trouxe ao concelho



algumas das mais destacadas figuras da contemporaneidade para debater problemas biopolíticos.-----

Por fim, e com a aproximação do Dia Internacional da Mulher, cuja primeira celebração se deu há cem anos atrás, em 19 de Março de 1911, com milhares de mulheres por todo o mundo a reivindicarem o direito ao voto, salários iguais e a redução da jornada de trabalho, apresentamos ainda uma moção evocativa da luta das mulheres pela igualdade e reconhecimento, quinze dias depois de virem a público os números do desemprego, que já ultrapassou os 11%, graças, sobretudo, às mulheres e aos jovens licenciados.”-----

Feita a leitura do documento, o membro Pedro Almeida deu nota que a CDU votaria favoravelmente o voto de louvor sobre os Movimentos Populares em Defesa da Democracia, a moção contra o encerramento de Serviços de Finanças no Concelho de Santa Maria da Feira, bem como a recomendação sobre a Viagem Medieval, apresentadas pelo Bloco de Esquerda.-----

Concluindo, e a respeito da moção intitulada “Dia Europeu da Vítima e Dia Internacional da Mulher”, apresentada pelo Bloco de Esquerda, deixou à Mesa documento contendo o teor da declaração de voto da CDU, relativamente a essa moção.-----

Interveio o membro **Pedro Filipe Soares** (BE) começando por salientar que as moções que o Bloco de Esquerda apresentou à Assembleia prendem-se com questões prementes para o Concelho de Santa Maria da Feira.-----

Começou por aludir à moção contra o encerramento de Serviços de Finanças no Concelho de Santa Maria da Feira, dizendo que a mesma é preocupante pelo seu conteúdo uma vez que fala acerca da fusão prevista, com consequentes encerramentos e redução de postos de trabalho, mas que salvaguarda pelas soluções que apresenta.-----

Salientou que esse encerramento representa uma redução da qualidade do serviço prestado no Concelho, uma diminuição dos trabalhadores desses serviços e, por isso, mais desemprego, e também graves problemas no comércio de proximidade que envolve essas estruturas. Referiu que pequenas lojas têm o seu funcionamento assegurado devido à dinâmica que esses serviços de finanças têm na sua actividade, focando que as pessoas que se deslocam a esses serviços também acabam por fazer compras nessas lojas, frisando que tais estabelecimentos ficam em causa com os encerramentos dos serviços de finanças.-----



Disse ser por essas razões que a moção solicita, em caso de aprovação, que haja uma condenação directa e inequívoca contra os encerramentos e, por outro lado, pede à Câmara Municipal que conteste essa decisão junto do governo. Ainda a respeito dessa moção, mencionou que alguns poderiam argumentar que a decisão do encerramento ainda não está tomada e que, a concretizar-se, demoraria algum tempo a ser executada, dizendo, sobre isso, que é tempo de agir e que atrasar esse tempo e demorar qualquer resposta é ajudar para que o problema não seja resolvido. -----

Aludiu, em seguida, à moção a respeito da Viagem Medieval, salientando que a mesma fala da preocupação que traz ao Bloco de Esquerda a introdução de um preço e o pagamento para que as pessoas, os populares, os cidadãos e as cidadãs do Concelho de Santa Maria da Feira e de outros, tenham acesso à Viagem Medieval. Salientou que a introdução de um preço distorceria o cariz popular da festa e que traria, também, uma redução do número de visitantes. -----

Referiu que alguns poderiam dizer que são apenas dois euros e que, dividido por todos os dias, representa vinte cêntimos por dia, ressaltando, sobre isso, que essa é exactamente a mesma argumentação que se utiliza quando se aumenta o preço da electricidade, dos combustíveis e outros, fazendo sobressair que é o somatório de todos esses cêntimos e euros que, no final do mês, leva a que não haja dinheiro para o que é preciso. Frisou que muitas pessoas, na actual situação de crise, iriam ficar excluídas da participação numa festa que se gostava que fosse de todos. -----

Salientou que se poderia dizer, também, que em tempo de crise é preciso escolher, sublinhando, a esse respeito, que é de escolhas que se faz a política, que escolhas erradas oneraram os cofres municipais, que conhece algumas dessas escolhas erradas, apelando para que não fosse feita uma escolha errada que custeasse a participação das pessoas numa festa que se pretende popular. -----

Passou a referir-se à moção sobre o Dia Europeu da Vítima e Dia Internacional da Mulher, dizendo que a mesma apresenta uma resposta municipal a um problema que não é apenas municipal. Fez notar que esse problema tem a ver com a discriminação de género, que na própria moção é dito que há dificuldades no mercado laboral para com as mulheres, que as mulheres estão em menor número em lugares de chefias, que têm uma desigualdade salarial inequívoca, frisando que, em toda a Europa, recebem a menos 18% pelo mesmo serviço do



que os homens e que isso representa por mês, em média, menos 167 euros, focando que as mulheres do Concelho de Santa Maria da Feira não são excepção à regra. -----

Sublinhou que a moção não se limita a identificar o problema pois apresenta soluções passíveis de serem implementadas a nível municipal, sem qualquer oneração dos cofres públicos. Referiu que a moção propõe a criação de um Plano Municipal para a Igualdade de Género, frisando que, num concelho onde as desigualdades salariais entre homens e mulheres são visíveis, percebe-se a necessidade dessas medidas. -----

Salientou que a moção propõe, também, que no dia 8 de Março, o Dia da Mulher, se leve a cabo uma campanha de sensibilização sobre a violência doméstica, dando nota que esse flagelo tem aumentado e que aumentou em 25% no ano 2010. Referiu que a moção propunha ainda a criação de um relatório anual sobre essa situação social no Concelho, permitindo avaliar, no terreno e com esses dados, o resultado das políticas que iriam sendo aplicadas. -----

Ainda a propósito dessa moção, sobre o Dia Europeu da Vítima e Dia Internacional da Mulher, anunciou aos membros da Assembleia que retirava o ponto 4 da parte resolutiva da mesma para que, sem esse ponto, se pudesse garantir que a moção fosse votada, favoravelmente, por mais bancadas.-----

Em seguida, reportou-se ao voto de louvor intitulado “Movimentos Populares em Defesa da Democracia”, para dizer que nele se coloca uma preocupação sentida pelos portugueses dado que, há pouco tempo, lutavam pelos mesmos ideais. -----

Salientou que essa questão não se restringe às fronteiras de Santa Maria da Feira, realçando que o Mundo já não tem fronteiras e que não se pode passar à margem do que acontece na Líbia, no Egipto, na Tunísia, na Argélia, no Irão, no Iémen ou no Bahrein. Disse ser percebido que se trata de uma luta popular pela democracia e pela liberdade, que há 35 anos lutava-se pela democracia e pela liberdade em Portugal, que essa é a memória histórica que não é esquecida e que, por isso, se percebia o que estava em causa na rua desses países e que, nessa medida, a Assembleia Municipal mandava uma mensagem de saudação dizendo que reconhecia, nesses valores, também os seus valores. -----

Concluiu a sua intervenção dando nota das indicações de voto do Bloco de Esquerda relativamente aos documentos apresentados pela CDU, dizendo que o Bloco de Esquerda acompanhava o voto de louvor, a recomendação e as duas moções, inclusivamente a relativa ao dia 8 de Março, dizendo que a luta das mulheres, feministas e não feministas, é uma luta



nobre e válida e que ajuda muito aos avanços civilizacionais a que se assiste. -----

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) que iniciou por aludir à moção do Bloco de Esquerda contra o encerramento de serviços de finanças no Concelho, dizendo que, acima de tudo, o CDS-PP espera ter serviços com qualidade e eficácia, independentemente de serem realizados em três locais diferentes, frisando que essa moção faz algumas referências de carácter ideológico com as quais o CDS-PP não concorda e que, por isso, a votaria contra. -----

Relativamente à recomendação sobre a Viagem Medieval, referiu que o CDS-PP a votava contra porque, no ponto n.º 2, diz que deve ser mantido o acesso gratuito, referindo, acerca disso, que o CDS-PP concorda que o acesso deve ser pago. -----

Em relação à cobrança das entradas na Viagem Medieval disse que, pelo que veio a público, serão pagos 2 euros para todos os dias ou para um só dia, dizendo que esse regime lhe parece discriminatório e feito para beneficiar, essencialmente, os cidadãos da cidade da Feira. A esse propósito, referiu considerar que se deveria construir um regime diferente que não penalizasse tanto quem vem de mais longe e só vem uma vez à Viagem Medieval, realçando que as pessoas que estão mais próximas e podem, todos os dias, visitar a feira, terão, com o regime tornado público, um benefício considerável. -----

Em seguida, e reportando-se às moções apresentadas pelo BE e pela CDU a propósito do Dia Internacional da Mulher, disse que as mesmas contêm uma série de conjecturas que são verdades de La Palice. Referiu que a moção apresentada pela CDU, no seu ponto n.º 3, vem reclamar do Governo uma mudança de rumo, seguindo políticas que garantam aos homens e mulheres uma vida digna e com qualidade, dizendo, acerca disso, que essa mudança de rumo não seria a mudança de rumo que o CDS-PP preconizava para a situação. -----

Focou que nas duas moções é abordada a questão da violência doméstica em relação às mulheres, dizendo ser sabido que, hoje em dia, cada vez mais cresce essa violência em relação aos homens, e que não são só as mulheres a sofrer desse problema. -----

Disse que essas questões arrastam-se ao longo de muitos anos mas que têm de deixar de ser vistas por um só prisma, fazendo sobressair que, se é por uma questão de igualdade, então que essa igualdade deve ser mantida, entre homens e mulheres, e não se fazer discriminação, nem positivamente em relação às mulheres, nem negativamente em relação aos homens. Deu nota que, pelas razões que explicou, o CDS-PP votaria contra as duas moções. -----



Em relação ao voto de louvor sobre o tema “Movimentos Populares em Defesa da Democracia”, disse que o CDS-PP votaria favoravelmente esse voto de louvor apresentado pelo Bloco de Esquerda porque tem a noção de que, tal como foi explicado pelo deputado municipal do Bloco de Esquerda, pelo menos com as palavras se deve apoiar esse tipo de movimentos populares. Referiu que o verdadeiro receio, por parte do CDS-PP, é o do resultado final, salientando que os movimentos são genuínos e positivos mas que podem resultar num desfecho não desejável, frisando, contudo, que só o futuro pode responder quanto a isso. -----

Relativamente ao voto de louvor apresentado pela CDU, a propósito da Natação Adaptada, disse que o CDS-PP, naturalmente, se associava à CDU nessa aclamação dos feitos das pessoas com mobilidade reduzida. -----

Quanto à recomendação no âmbito da situação no Sahara Ocidental, deu nota que o CDS-PP se absteria porque, em primeiro lugar, considerava que a Câmara não tinha autonomia para alterar o próprio programa dos simpósios Sete Sóis Sete Luas e, também, porque considerava não fazer muito sentido obrigar a Câmara a fazer uma coisa que, se calhar, não tinha possibilidades para o fazer. -----

Concluindo a sua intervenção, e aludindo à moção “Investir na Educação, Defender a Escola Pública”, disse que o CDS-PP a votaria contra por considerar que a mesma peca por algum excesso de cariz político-partidário, ao defender exclusivamente a escola gratuita e pública. ---

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que o grupo municipal do Partido Socialista subscrevia o voto de louvor apresentado pela CDU, a respeito da Natação Adaptada, frisando que as razões expressas no mesmo justificavam o acordo daquele grupo municipal. -----

Quanto à moção sobre o “Dia Internacional da Mulher 2011”, apresentado pela CDU, disse que o grupo municipal do Partido Socialista o ia votar contra por considerar que se tinha prejudicado, através da mistura com politiquice, uma data importante como é a comemoração do Dia da Mulher. Referiu considerar que, ao se ter invocado o Governo, se politizou e se partidarizou, ressaltando que o Partido Socialista não iria alinhar nessa situação e que lamentava porque se estava a prejudicar um evento importante.-----

Referiu que o mesmo se passava relativamente à moção “Investir na Educação, defender a



Escola Pública”, realçando considerar, no âmbito dessa matéria, que o governo tem vindo a fazer um esforço muito grande para que a escola pública seja uma realidade. Disse ser do conhecimento de todos o que, a esse propósito, tem sido feito no Município, recordando que os tempos não estão de feição e referindo considerar não fazer sentido o aparecimento da moção, naquele momento. -----

Quanto à recomendação sobre o Sahara Ocidental, disse ser prejudicada por um aspecto que, na reunião preparatória, sugeriu fosse retirado, e que tinha a ver com o facto de se recomendar convidar pessoas de repúblicas que não existem. Salientou que esse aspecto iria, de certa forma, criar um conflito, dando nota que essa conflitualidade estragou a recomendação e que, portanto, o grupo municipal do Partido Socialista não a poderia votar favoravelmente. -----

Relativamente à moção contra o encerramento de serviços de Finanças no Concelho, disse que a mesma merecia o apoio do grupo municipal do Partido Socialista por sentir tratar-se de uma injustiça e por considerar ser uma medida mal pensada. Frisou que os serviços de finanças existentes no Concelho têm instalações próprias, que não têm encargos e que, caso se venham a fundir, passando a existir um só serviço na sede do Concelho, isso iria acarretar mais encargos porque ter-se-ia que alugar instalações, ressaltando que essa medida não faz nenhum sentido. Disse que, por essa razão e pela questão da proximidade com as pessoas, o grupo municipal do Partido Socialista defendia e apoiava a moção. -----

No que respeita à recomendação sobre a Viagem Medieval, disse que o grupo municipal do Partido Socialista apoiava, plenamente, a primeira parte da mesma, em que dizia que a Viagem Medieval devia ser um espaço para mostrar a actividade cultural produzida no Concelho. Salientou, contudo, que aquele grupo municipal tinha algumas dúvidas quanto à questão da gratuidade, questionando o porquê do preço de acesso ser dois euros, e não um euro. Disse que como essa questão ainda estava em estudo, o grupo municipal do Partido Socialista se ia abster quanto a essa recomendação. -----

Em relação ao voto de louvor sobre os “Movimentos Populares em Defesa da Democracia”, disse considerar que o texto está claro, sublinhando que o Partido Socialista defende os valores da liberdade e da democracia e que, em coerência com essa forma de estar na vida política, iriam apoiar esse voto de louvor. -----

Concluiu aludindo à moção intitulada “Dia Europeu da Vítima e Dia Internacional da Mulher”, apresentada pelo Bloco de Esquerda, dizendo ter havido alguma sensatez no teor da



mesma, inclusivamente por o proponente ter retirado o ponto n.º 4. Concluiu dando nota de que, por se tratar de uma data importantíssima e porque o grupo municipal do Partido Socialista não podia apoiar a apresentada pela CDU, no âmbito do mesmo assunto, pelas razões que expressou anteriormente, então que aquele grupo municipal iria apoiar a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

Interveio o membro **Fernando Moreira** – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD), que começou por aludir à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda intitulada “Dia Europeu da Vítima e Dia Internacional da Mulher”, dizendo que o grupo municipal do PSD a iria votar contra porque, para além dos pormenores mencionados pelo membro Pedro Almeida, não concordava minimamente com as recomendações. No âmbito dessa moção, referiu que a Câmara tem serviços com alguma qualidade para tratar desses assuntos, e que já estava a fazer aquilo que era possível. -----

Sobre o voto de louvor “Movimentos Populares em defesa da Democracia”, disse haver uma questão de princípio que impede o grupo municipal do PSD de votar a favor, referindo que essa questão prende-se com o facto de não se poder ser só contra algumas ditaduras, mas sim contra todas. Frisou que, para além dos movimentos existentes nos locais mencionados no voto de louvor, existem outros movimentos pelo mundo fora, que existem muitas outras ditaduras e que, não sendo alterada a moção no sentido de serem acrescentados outros locais também governados por ditaduras, então que o grupo municipal do PSD não a votaria favoravelmente. -----

Quanto à moção contra o encerramento de serviços de Finanças no Concelho, referiu que o grupo municipal do PSD a iria votar favoravelmente. Salientou que, mais do que defender as repartições e mais do que defender os funcionários, deve-se defender os feirenses, os contribuintes. Alertou para o facto de que se se transferissem os serviços para cidade da Feira, estão que os feirenses ficariam terrivelmente mal servidos e que o País também não ganhava nada com isso. -----

Relativamente à moção “Investir na Educação, defender a Escola Pública” referiu que, de facto, a mesma contém qualquer coisa de política partidária. Realçou que, para o grupo municipal do PSD, o importante é ter-se uma boa escola, não importando se ela é pública ou privada, e que, por essa razão, não votaria favoravelmente essa moção. No âmbito dessa



matéria, disse que gostaria de realçar o forte investimento, apesar de insuficiente, que está a ser feito no Concelho de Santa Maria da Feira.-----

Sobre a moção “Dia Internacional da Mulher 2011”, apresentada pela CDU, disse considerar que todos têm o dever de lutar para que se assegure a igualdade e que, tal como foi dito pelo membro Rui Tavares, essa preocupação não deve ser tida somente para com as mulheres, até por uma questão de respeito pelas mulheres. Deu nota que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente essa moção.-----

Sobre a divulgação da situação no Sahara Ocidental, referiu que a recomendação parecia, ao grupo municipal do PSD, demasiado forte e limitadora, salientando que impor-se à Câmara que tenha que convidar alguém, quanto mais quando se trata de um país que não está reconhecido, lhe parecia ser demasiado forte. Mencionou que, por isso, o grupo municipal do PSD também não poderia votar favoravelmente essa recomendação.-----

Concluiu a sua intervenção aludindo ao voto de louvor apresentado pela CDU, a propósito da Natação Adaptada, dizendo que o grupo municipal do PSD batia palmas ao mesmo e que o apoiava inteiramente por considerá-lo inteiramente justo e que, por isso, o iria votar favoravelmente. -----

Entretanto, tinha entrado o membro José Carlos Pinto da Silva. -----

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a submeter os votos de louvor, as moções e as recomendações a votação, alertando para a retirada do ponto n.º 4 da parte resolutiva da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, intitulada “Dia Europeu da Vítima e Dia Internacional da Mulher”, de acordo com o proferido pelo proponente da mesma, o membro Pedro Filipe Soares.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 59 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar o voto de louvor apresentado pelo membro Pedro Almeida (CDU), a respeito da Natação Adaptada – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD:32, BE, CDU, Ind.), 19 votos contra (PS:18, CDS/PP), e 5 abstenções (PSD:1, PS:4), aprovar a moção



apresentada pelo membro Pedro Almeida (CDU), intitulada “Dia Internacional da Mulher 2011 – Comemorar e lutar para dar dignidade à vida das mulheres” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor da moção (CDU, BE, PS:1), 54 votos contra (PSD, PS:20, CDS-PP), e 2 abstenções (PS:1, Ind.), rejeitar a moção apresentada pelo membro Pedro Almeida (CDU), intitulada “Investir na Educação, defender a Escola Pública” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da recomendação (CDU, BE), 56 votos contra (PSD, PS, Ind.), e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Pedro Almeida (CDU), intitulada “Divulgação da situação no Sahara Ocidental” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 58 votos a favor (PSD, PS, BE, CDU, Ind.), 1 voto contra (CDS-PP), e 0 abstenções, aprovar a moção apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE), intitulada “Contra o encerramento de Serviços de Finanças no Concelho de Santa Maria da Feira” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da recomendação (CDU, BE), 40 votos contra (PSD, PS:5, CDS-PP, Ind.), e 17 abstenções (PS), rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE), sobre a Viagem Medieval - cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor do voto de louvor (PS:19, CDS-PP, BE, CDU), 32 votos contra (PSD), e 5 abstenções (PS:3, PSD:1, Ind.), rejeitar o voto de louvor apresentado pelo membro Pedro Filipe Soares (BE), intitulado “Movimentos Populares em Defesa da Democracia” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor da moção (PS, BE, Ind.), 34 votos contra (PSD:32, CDS-PP, CDU), e 1 abstenção (PSD), rejeitar a moção apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE), intitulada “Dia Europeu da Vítima e Dia Internacional da Mulher” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito.-----



dá aqui por transcrito. -----

É do seguinte teor a declaração de voto entregue à Mesa pelo membro Pedro Almeida (CDU), relativamente à moção em referência, com o tema “Dia Europeu da Vítima e Dia Internacional da Mulher”:------

“Contrariamente ao que afirma a moção em epígrafe, apresentada pelo Bloco de Esquerda a esta Assembleia Municipal, o Dia Internacional da Mulher não foi proposto pelas Nações Unidas. Foi, sim, apenas oficializado pela ONU, em 1975. -----

Por outro lado, a luta que deu origem à proclamação, logo em 1910, pela comunista Clara Zetkin, deste dia, e à celebração em 1911, não proveio da “luta feminista”, como propõe o texto da moção, mas antes da luta operária e da luta sufragista. A prová-lo, o facto de nos EUA o direito de voto ser defendido somente para as mulheres brancas e, nalguns países europeus, para as mulheres brancas com formação superior.-----

Mais considerando que a moção coloca questões de género na concepção dicotómica homem/mulher inaceitáveis à luz de uma concepção igualitária, a CDU não pode aceitar essa forma de revisionismo. A verdadeira questão é uma questão de classe e uma questão de discriminação em função do sexo.-----

A moção valoriza ainda medidas tomadas pelo Governo que branqueiam o fundamento social da discriminação, saldando-se em intervenções periféricas e pontuais, salientando-se inclusivamente que este IV Plano Nacional foi elaborado sem ter sido realizada a avaliação do plano anterior. Aliás, a entrada em vigor dos vários planos tem-se traduzido, na realidade, no agravamento da situação das mulheres, donde deveria resultar uma preocupação séria e consequente de todas as forças políticas que dizem preocupar-se com a igualdade.-----

A violência doméstica é preocupante e a Câmara já tem o Espaço Trevo que desenvolve um trabalho notável. Mas a violência doméstica não é o único problema que afecta as mulheres. Damos nota negativa para o modo como o Bloco de Esquerda não diz uma palavra sobre a discriminação salarial no município.-----

A Câmara Municipal pode e deve ter em conta a questão feminina e a luta pela igualdade, mas para isso deve servir o Observatório Social, com sensibilização para estas questões.-----

Infelizmente, para o BE apenas parecem interessar as questões de poder e os jogos mediáticos. Mas palavras sobre a condição da mulher trabalhadora nunca entram no seu discurso, tentando, mais uma vez, apagar a história do movimento operário e sindical.”-----



Ultrapassada a discussão e votação dos votos de louvor, das moções e recomendações, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Feitas as inscrições, passou a palavra ao membro Victor Neves. -----

Interveio o membro *Victor Neves* (PS) para questionar qual o ponto da situação relativamente à execução, por parte da Câmara, da sentença proferida pelo tribunal, no âmbito do edifício de Lourosa. -----

Disse julgar que o prazo dado para a execução da sentença estava a expirar e que, por isso, gostava de saber qual a posição actual da Câmara, relativamente a essa matéria.-----

Interveio o membro *Pedro Soares* (BE), começando por fazer um ponto prévio ainda relativamente às moções, dizendo que o pensamento conservador é aquele que, mesmo face à realidade, não quer mudar. Sublinhou que pôr, relativamente à violência de género e à violência doméstica, em patamar de igualdade homens e mulheres, é não reconhecer as vítimas mortais que aumentaram de número o ano passado, informando que cada uma delas eram mulheres. Referiu que olhar para tais dados e dizer que é igualmente grave a violência entre homens e mulheres, e que os homens têm patamar de igualdade nesse mau aspecto, é uma forma errada de colocar o problema. -----

Feito esse aparte, o membro Pedro Soares passou a colocar algumas questões, começando por aludir às questões relativas à pobreza dizendo que essas, em época de crise, ganham uma relevância ainda maior.-----

Referiu que o peso da pobreza no Concelho, face à situação económica do Concelho e do País, tem aumentado, e que a atitude da Câmara, perante essa realidade, deixa a desejar, porque deveria ser preventiva sobre os problemas e também porque peca pela inacção. -----

Apontou, como exemplo, a propósito da forma como se quer conseguir a integração das pessoas nos bairros sociais, a situação dos parques infantis, referindo que se encontram inactivos porque não cumprem as regras de segurança, fazendo notar que a promoção da igualdade começa com essas questões básicas e com esses pormenores.-----

Prosseguiu dizendo que, por outro lado, e sendo a habitação um dos custos principais dos orçamentos dos feirenses e dos portugueses, aliado à situação de desemprego que afecta muitas dessas famílias, queria perguntar onde estavam, afinal, as ideias da habitação jovem a



custos controlados. Disse que, há vários anos, se ouviu ser anunciada e colocada a 1.^a pedra no empreendimento de S. Paio de Oleiros, mas que não se viu obra depois disso, questionando ao Sr. Presidente da Câmara se a habitação jovem a custos controlados deixou de ser um desígnio para o Concelho de Santa Maria da Feira.-----

Falou, em seguida, da questão do Centro de Emprego, dizendo que o mesmo há muito foi prometido, que, entretanto, de Centro de Emprego passou a uma delegação que ficaria dependente do Centro de Emprego de S. João da Madeira, perguntando o porquê de, até ao momento, não haver nem Centro de Emprego nem delegação. Questionou de quem era a culpa, se da Câmara Municipal ou se do Governo, interrogando a quem poderiam ser pedidas responsabilidades.-----

Ainda sobre a questão do emprego, disse que se vêem várias promessas da Câmara, que tinha encontrado alguns ex-trabalhadores da empresa Ecco, que diziam que lhes foi prometida formação profissional para trabalharem numa futura fábrica de painéis, mas que, decorridos vários anos, não havia sinais da fábrica de painéis solares. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que o informasse quanto a essa situação, recordando que a própria Assembleia Municipal deliberou que essa fábrica não pagaria impostos municipais por tratar-se de um grande investimento, que ia criar emprego. Sublinhou que não se vislumbra fábrica, nem emprego, nem impostos, mas que depois é pedido às pessoas que paguem a entrada na Viagem Medieval, salientando ser com essas escolhas e com essas desigualdades com que as pessoas se deparam, focando que das desigualdades se passa, também, para alguma incúria. --- Prosseguiu dizendo que a questão dos transportes escolares é demonstrativa dessa incúria, mencionando que se vê as crianças serem transportadas como se fossem sardinhadas em lata e que bastava haver a necessidade de uma qualquer travagem para criar uma urgência imediata.- Perante essa situação, referiu que ou a Câmara Municipal não sabe o que se passa e peca pela inação, ou então que aceita o que se passa e nada faz, dizendo querer saber a quem cabe a responsabilidade por essa situação estar a ocorrer.-----

Na área da Educação, questionou qual o andamento dado às obras de qualificação da EB 2,3 de Paços de Brandão. Referiu que os prazos de execução da mesma estavam a ser sucessivamente falhados, interrogando de quem era a responsabilidade por isso, se do Ministério da Educação ou se da Câmara Municipal. Focou que os prazos sucessivamente falhados levam a aumento de custos, questionando quanto é que tais atrasos custaram ao



Município e qual o custo devido ao aluguer de salas modulares, bem como quanto é que custava a renda paga à Fundação FEDESPAB.-----

Concluiu dizendo serem tais escolhas que fazem perceber, numa altura em que se diz ser inevitável o pagamento das entradas na Viagem Medieval, que a gestão não prima pela eficiência, levando a que se peçam sacrifícios aos mesmos de sempre em vez de se gerir devidamente os dinheiros públicos. -----

Usou da palavra o membro *Mota Pinho* (PS), dizendo que a sua intervenção se prendia com a localização do aterro sanitário a ser feito e com o estudo de impacto ambiental que foi publicado, encomendado pela Suldouro. Referiu que, analisando objectivamente esse estudo, se chega à conclusão de que a localização em Canedo é a mais adequada porque é a mais cara. Salientou que o estudo diz que, para ser em Canedo, têm de ser concretizadas algumas situações, nomeadamente a construção de uma estrada com um perfil de auto-estrada, com dois quilómetros e setecentos metros de extensão, proceder à retirada de uma creche daquele local, bem como fazer a expropriação de duas casas.-----

Fez sobressair que, para além dessas, havia outra situação que, embora não sendo falada no estudo, considerava-a muito importante, dando nota que parte do terreno onde se pretende implantar o aterro sanitário é uma propriedade privada e que, nessa propriedade, há uma plantação de eucaliptos feita pela empresa CELBI, que arrendou esse terreno. -----

Disse que esse terreno está a ter, para os proprietários do terreno, um rendimento de 1.000 euros por hectare, por um contrato de 30 anos, sublinhando que para que o aterro seja, eventualmente, colocado em Canedo, ter-se-ia de expropriar esse terreno e, obviamente, indemnizar tanto a CELBI, porque deixava de ter esse local para trabalhar, como os proprietários do terreno, devido aos rendimentos que deixavam de ter. Referiu ter conversado com os proprietários do terreno e que, feitas as contas, os mesmos deixariam de ter, em rendimentos, cerca de 900 mil euros. -----

Concluiu dizendo que, nessa medida, e atendendo aos tempos de crise que se atravessam, perguntava qual é a posição da Câmara quanto à situação que falou, relacionada com esses custos financeiros, sublinhando que esse aspecto nem sequer é mencionado no estudo de impacto ambiental que foi publicado.-----



Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por fazer uma nota introdutória relacionada com as moções sobre a comemoração do Dia Internacional da Mulher, dizendo que as mesmas tiveram uma votação muito interessante. Sobre isso, referiu que quando uma moção contém a expressão “reclamar do Governo”, merece o apoio do PSD, mas que quando pede à Câmara acção, então o PSD já vota contra. Disse entender ser um aspecto interessante e que o deixava à consideração dos analistas.-----

Em seguida, aludiu a uma questão relacionada com os processos de licenciamento de obras, dizendo que pairava no ar algumas acusações de que esses processos andavam muito lentos, que havia muitos atrasos e casos em que os processos ficavam muito tempo parados na gaveta do Sr. vereador respectivo. -----

Nesse âmbito, sugeriu que fosse criado um serviço on-line onde estivessem registados, e acessíveis aos munícipes, todos os processos de licenciamento de obras, onde constasse a data de entrada do processo na Câmara e os respectivos trâmites até ao licenciamento do mesmo. Referiu que, caso esse serviço fosse criado, seria possível a qualquer munícipe saber o tempo que demora o processo a ser licenciado e, em segundo lugar, possibilitaria que caso algum munícipe tivesse dúvidas sobre uma obra que considerasse mais melindrosa, pudesse, através desse serviço on-line, confirmar se o mesmo possuía, ou não, licenciamento, bem como apresentar uma reclamação, caso o entendesse. -----

Deixou essa recomendação à Câmara, dizendo que há uns quase vinte anos atrás a Câmara fazia distribuir, quinzenalmente ou mensalmente, uma relação dos processos que iam a despacho, que toda a gente tinha acesso a isso, focando que os tempos eram outros mas que havia essa transparência. -----

Prosseguiu aludindo a uma segunda questão, relacionada com o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública, dando nota de que saiu uma Resolução do Conselho de Ministros onde são expressas várias medidas a esse respeito, nomeadamente estabelecendo metas de poupança energética de 20% até ao ano 2020. -----

Disse que a Resolução também recomenda às entidades públicas que tenham um gestor local de energia responsável pela dinamização e verificação das medidas para a melhoria da eficiência energética. -----

Deu nota da possibilidade de apoios comunitários, frisando haver instrumentos de engenharia financeira através dos programas ELENA e JESSICA, coordenados pelo BEI, que estão



ancorados no QREN, e recordando ainda que, na última sessão da Assembleia Municipal, foi autorizada a adesão do Município de Santa Maria da Feira à ENERGAIA – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, dizendo ser uma agência de energia que dá consultadoria, faz projectos e toma iniciativas no âmbito da eficiência energética. -----
Concluiu dizendo que deixava esse assunto à consideração da Câmara, salientando que todos saem a ganhar com o melhor ambiente e com a eficiência energética, dando ainda nota que foi feito um estudo, nesse âmbito, na Andaluzia, que merece ser seguido. -----

Interveio o membro *Pedro Almeida* (CDU), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Já todos percebemos que este Executivo Municipal só se lembra de nós para exigir os sacrifícios indispensáveis à manutenção das responsabilidades que ele próprio é incapaz de cumprir, embora as tenha assumido e delas feito propaganda por toda a parte. -----

Talvez seja por isso mesmo que se torna tão irritante ver nas nossas caixas de correio uma lembrancinha que nos recorda que afinal sabem que nós ainda estamos aqui.-----

Nos últimos tempos, têm os munícipes feirenses sido brindados com um lembrete da Indaqua em suas casas. Como nestas coisas já todos sabemos que ninguém nos dá cavaco a não ser para pedir alguma coisa, resta-nos confirmar que se trata, sob a aparência de uma comunicação cordial, de uma ameaça, desta vez de processos de contra-ordenação para quem não ligar à rede de água. Partilhando o espanto decerto sentido pelos feirenses, queremos aqui questionar seriamente a legitimidade da Indaqua para proceder a uma “campanha” tão pouco cordial. Um munícipe que cumpre com a lei, detém licença de habitabilidade obtida através do cumprimento de todos e cada um dos critérios exigidos, terá que ver agora renegociados unilateralmente os termos da sua conformidade à lei, sem ser consultado, tido nem achado para isso? Se foram concedidas licenças é porque o cidadão cumpriu com a legalidade. Não consideramos que as empresas privadas tenham legitimidade para intimidar desta forma os munícipes. Trata-se de uma ameaça gratuita, e uma empresa, como a Indaqua, não pode ter esta vocação persecutória. -----

Compreendemos que, por razões de saúde pública, a ligação à rede de saneamento seja tornada obrigatória. Mas não podem alegar saúde pública relativamente ao negócio de venda da água! E não nos podem obrigar a ligar para ficarmos eternamente à espera que o



saneamento e o tratamento das águas residuais chegue. Não aceitamos que se passe a ideia de que somos obrigados a comprar água à Indaqua, e não podemos tolerar que esta Câmara continue a patrocinar esta estratégia chantagista. -----

Assim, cada euro que saia do bolso dos munícipes, é dinheiro que a Câmara o obriga a pagar por ter faltado aos seus compromissos e por ter privatizado a água. Não está bem que a Câmara da Feira sirva de embraiagem à sanha comercial de determinados interesses empresariais, tendo entregue de bandeja a uma empresa que só rege pelo lucro a gestão de um bem humano.-----

E já que falamos nisso... Em várias ocasiões trouxemos já a este órgão as nossas preocupações quanto ao projecto do Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua. Queremos, agora, manifestar aqui publicamente a nossa insatisfação perante a manutenção, por parte do Executivo Municipal, de respostas dúbias, lacunares, generalistas e pouco claras. Infelizmente, esta Câmara revela-se mais capaz de produzir publicidade em torno dos seus projectos e ideias do que de prestar esclarecimentos concretos e objectivos (talvez tenha aprendido com o nosso Primeiro Ministro a arte da fuga... às respostas). Assim, insistimos: quantos artigos urbanos engloba a área adquirida no centro da Feira destinada ao projecto? A que área corresponde? Qual o tipo de volumetria prevista para o local e o seu impacto urbanístico? Como esperam resolver os problemas de trânsito previstos, e indicados anteriormente como obstáculo? Como é possível avançar com máquinas para o local, ou perspectivar sequer o arranque das obras num futuro próximo, sem um novo centro escolar, o qual, como é sabido, não estará pronto antes dos próximos três anos? O que pensam fazer agora das instalações do antigo Matadouro, considerando os investimentos de requalificação ali realizados, os quais, nas palavras do anterior Vereador da Cultura, capacitavam perfeitamente aquela infra-estrutura para acolher uma companhia residente? E, finalmente, onde está a prometida apresentação pública do projecto? Devemos pressupor que são as máquinas que já estão no terreno que são essa apresentação?-----

Mas não podemos deixar de dirigir daqui uma palavra para o PS local. O PS votou a favor deste projecto do Centro de Artes tal como a Câmara no-lo apresenta, ou seja, como incubadora de um centro comercial em pleno epicentro do comércio tradicional feirense. E agora, este mesmo PS vem, arvorado em virgem ofendida, insurgir-se contra as consequências que terá a abertura de mais um centro comercial para o comércio local. É, de facto, um triste



espectáculo de incongruência, que tem possibilitado a manutenção da política de megalomania deste executivo num concelho atrasadíssimo e carente de infra-estruturas básicas. É o vício de elefantes brancos, impossíveis de suportar sem uma dinâmica permanente, para a qual, hoje, não temos recursos nem meios. -----

E de despesa em despesa, até à bancarrota final, a Câmara vem finalmente cumprir o seu desiderato: a Viagem Medieval passará a ser paga. Já só falta mesmo o Imaginarius e o “negócio da cultura”, direito fundamental consagrado na CRP que o PSD está tão interessado em alterar, irá de vento em popa, enquanto os feirenses ficam mais pobres ou deixam de assistir a este evento por falta de condições financeiras. -----

Finalmente, e ainda à espera do Centro de Emprego prometido, queremos que a Câmara nos explique como é que centenas de ex-trabalhadores da Rohde foram já encaminhados para formação quando, em resposta à eurodeputada do PCP, Ilda Figueiredo, a Comissão Europeia respondeu ainda estarem a ser avaliados os fundos pedidos ao FEG. Afinal em que ficamos?” - -----

Interveio o membro *Feliciano Pereira* – Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A minha intervenção hoje aqui, é sobre o falecimento no passado dia 10 de Janeiro, do Padre Domingos Azevedo Moreira, com 77 anos de idade. Paroquiou a freguesia de Santa Maria de Pigeiros, por um período de tempo de quase 50 anos. -----

Faleceu um homem simples, um exemplo de seriedade, de fé, um poço de sabedoria com um grau de inteligência invulgar e um apaixonado pela literatura. -----

As suas economias eram aplicadas essencialmente na sua paixão, os livros. -----

Foi professor no externato Castilho e no liceu em S. João da Madeira. Deixou uma vastíssima obra publicada, com biografias várias, e monografias de localidades deste país e não só. -----

Da nossa freguesia de Santa Maria de Pigeiros elaborou a monografia, o significado etnográfico da festa dos Pardais, e a história referente ao aeronauta francês Capitão Emillien Castanet, com a célebre queda do balão com um animal, o “burro”. -----

Várias foram as vezes que lhe propus a organização de uma festa, quando celebrou 50 anos de ter rezado missa nova, bem como também quando completasse 50 anos ao serviço na freguesia de Santa Maria de Pigeiros, mas ele sempre recusou tudo isto, pois não gostava de muitas cerimónias. -----



Ainda poucos dias antes do seu falecimento, numa reunião em que estive com ele, onde estiveram presentes mais algumas pessoas incluindo o senhor Presidente da Câmara Municipal, dizia ele que em Setembro deste ano seria o padre que mais tempo parouquiou a freguesia de Santa Maria de Pigeiros. Queria ser o campeão, e nessa altura se procederia a uma cerimónia simples, com a presença do senhor Presidente da Câmara, Presidente da Junta de Freguesia, senhor Dr. Cândido Santos, o senhor Bispo D. Clemente e mais alguns convidados. -----

O seu desejo infelizmente não se concretizou, partiu poucos dias depois, mas nessa reunião ainda chegou a dizer que quando falecesse pretendia que a missa de Corpo Presente fosse realizada em Romariz, despedindo-se da Família (já falecida) e que o cortejo fúnebre passasse pela rua com o seu nome em Santa Maria de Pigeiros, seguindo para a igreja local, para a realização de uma cerimónia simples e de seguida seria sepultado no cemitério de Santa Maria de Pigeiros.-----

O seu desejo foi cumprido. -----

Era possuidor de um espólio bibliográfico muito valioso, em algumas reuniões que tive com ele juntamente com outras pessoas, sempre manifestou a sua intenção de deixar o espólio à freguesia de Santa Maria de Pigeiros.-----

Conhecedores dessa sua intenção e vontade, chegámos mesmo a dar passos no sentido de arranjar um espaço para essa finalidade.-----

Quero aqui expressar o meu agradecimento ao senhor Presidente da Câmara, que se disponibilizou imediatamente para colaborar com a Junta de Freguesia prontificando-se a pagar o aluguer do espaço, a colocar uma funcionária para fazer a catalogação de todo o espólio do senhor Padre, e ainda a compra de todo o mobiliário necessário até que o edifício para o Centro Social e Cultural fosse construído, para onde seria transferido o espólio.-----

Mas o Padre Domingos foi adiando a sua decisão porque estava convicto que viveria mais uns anos.-----

O seu estado de saúde foi-se agravando de tal forma que o marido da sua sobrinha e afilhada, D.^a Fátima, apercebendo-se da gravidade do seu estado, solicitou a presença do senhor Dr. Cândido Santos, a fim de os ajudar a resolver esta situação. -----

O senhor Padre Domingos, no dia anterior à sua morte com a colaboração do senhor Dr. Cândido Santos (pessoa em quem ele depositava toda a sua confiança), deixou um documento



assinado com a cedência de todo o seu espólio ao Município de Santa Maria da Feira, após conversações com os sobrinhos com quem vivia e após o seu consentimento, nas seguintes condições: que na Biblioteca Municipal (sede do Concelho) ficassem os exemplares mais valiosos e a cargo da Câmara Municipal.-----

A restante biblioteca, seria instalada num pólo a criar em Santa Maria de Pigeiros, no edifício a construir (Centro Social e Cultural de Pigeiros), sempre referido pelo senhor Padre, como a casa nova e pronta de Pigeiros, manifestando a vontade de que constasse o seu nome nas portas das salas onde ficará o seu espólio.-----

Solicito ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que também mandasse colocar o nome do senhor Padre Domingos A. Moreira, num local visível pelos visitantes na Biblioteca Municipal, de forma a que os mesmos tenham o conhecimento da existência do seu espólio mais valioso, devidamente guardado. -----

Deixo aqui os agradecimentos em meu nome e em especial da Junta de Freguesia, à sobrinha e afilhada do senhor Padre Domingos, D.^a Maria de Fátima, bem com ao seu marido José Magalhães e ainda ao senhor Dr. Cândido Santos, pelo empenho e colaboração que tiveram para que o senhor Padre Domingos, decidisse doar este valiosíssimo espólio bibliográfico, que muito beneficiará o património de todo o nosso Município e em especial a nossa Freguesia.” --

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) que começou por dizer que iria responder um pouco à provocação do membro Pedro Filipe Soares, dizendo que aquilo que os distingue é que nunca colocou as mulheres no patamar das coitadinhas, tal como “homens iluminados vêm defender”. Referiu que, nos nossos dias, existem grandes mulheres, e que isso é demonstrado pelas mulheres que integram a Assembleia Municipal.-----

Feito esse aparte, disse que gostava de aludir ao Período de Antes da Ordem do Dia da última sessão da Assembleia, realizada no dia 30 de Dezembro de 2010, para dizer que nessa ocasião ficou acordado que as perguntas seriam enviadas, por escrito, à Câmara, que assim o fizera, mas que a resposta lhe chegou no dia 18 de Fevereiro, já depois da presente sessão estar agendada. Nessa medida, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia que fizesse chegar à Câmara o que está estipulado no Regimento da Assembleia, salientando que esse Regimento, segundo disse julgar, refere que a resposta deve ser dada num determinado prazo, que achava ser de oito dias úteis.-----



Em seguida, solicitou à Câmara que recomendasse à Indaqua a publicitação da totalidade dos valores em causa, referentes às ligações à rede de saneamento. Sobre isso, disse ter sido confrontado com, pelo menos, duas situações, em que as pessoas estranharam o valor da factura que lhes foi ter a casa. -----

Salientou que a Indaqua publicita que dá um desconto de 50% na ligação do ramal, ficando essa ligação por cerca de 200 euros, acrescido de uma vistoria que fica por 20 e poucos euros, mas que, depois, as pessoas ainda levam com o preço da tampa da caixa do saneamento, no valor de 150 euros, fazendo com que as pessoas tenham de pagar cerca de 375 euros, em vez dos cerca de 220 euros com que estavam a contar. -----

Sublinhou que, por uma questão de verdade e para que as pessoas saibam exactamente o que têm de pagar, considerava que a Câmara devia recomendar à Indaqua que informasse o valor, na sua totalidade, aos munícipes. -----

Voltou a aludir às questões que colocou à Câmara na última sessão da Assembleia, e às respostas que lhe foi dado, para dizer que, por uma questão de princípio e porque as pessoas em causa estavam presentes na sessão, gostava de saber a verdade em relação à retirada de uma vedação da protecção civil, em Arrifana. -----

Sobre isso disse que, nessa resposta que a Câmara lhe deu, por escrito, é dito que não houve indicação dos serviços da Câmara para a remoção da protecção colocada, e que o Sr. Presidente da Junta de Arrifana disse que tivera autorização para retirar a vedação. Frisou então que, por uma questão de verdade, gostava de saber qual é a verdade, se a posição da Câmara se a posição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana.-----

Quanto à questão relacionada com a manutenção dos semáforos, solicitou à Câmara que, assim que possível, lhe fornecesse cópias dos ofícios remetidos à entidade Estradas de Portugal em que era pedido a reparação dos semáforos. -----

Em relação à taxa de publicidade, concretamente aos escalões criados em função da dimensão da publicidade, disse que gostava de tirar uma dúvida que lhe surgiu ao ler a resposta da Câmara, quando é dito que para a publicidade com mais de 10 m² o valor a pagar é de 123,95€. Questionou se esse valor era por metro quadrado, tendo tido a confirmação – logo naquela ocasião, por parte do Sr. vereador Celestino Portela – de que esse valor era por metro quadrado. -----

Concluiu a sua intervenção aludindo à questão relacionada com a instalação do aterro



sanitário. Referiu que a Câmara sempre se escudou no estudo de impacto ambiental para não dar nenhum parecer em relação ao local do aterro e que, tendo em conta que já é conhecido o resultado desse estudo, gostava de saber, de uma vez por todas, se a Câmara defende e assume definitivamente a instalação do aterro sanitário em Canedo, considerando que o estudo defende ser esse o melhor local. -----

O membro António Topa (PSD), que se havia inscrito para intervir, prescindiu de usar da palavra. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que iria responder às questões que directamente foram colocadas à Câmara, e que deixaria de parte alguns comentários que foram feitos. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Victor Neves, a respeito do prédio de Lourosa, disse que lhe respondia da mesma forma que respondeu em ocasiões anteriores, dizendo que a Câmara vai dar resposta à imposição do tribunal. -----

Aludindo, em seguida, às questões colocadas pelo membro Pedro Soares, começou por referir-se à relacionada com a pobreza no Concelho de Santa Maria da Feira, dizendo que essa realidade é por todos conhecida, que existe em todo o País e não somente no Concelho. -----

Referiu que o membro Pedro Soares poderia acompanhar melhor o trabalho que está a ser feito, em termos sociais, no Concelho de Santa Maria da Feira, salientando que a Câmara não tem pretensões nem nunca afirmou ou poderá afirmar que vai acabar com a pobreza no Concelho. -----

Em relação à questão das habitações sociais, e da eventual diferenciação das pessoas que residem nessas habitações daquelas que compraram a sua casa e a pagaram com o seu trabalho e esforço, disse que, dos parques infantis dessas habitações sociais que foram desactivados, foram-no, na sua generalidade, por opção da Câmara e por uma questão de segurança uma vez que não estavam a cumprir as respectivas normas. -----

Salientou, contudo, que não foram desactivados somente parques infantis das habitações sociais, que também foram desactivados outros no Concelho, frisando que se a única diferença, por parte da Câmara, no tratamento das pessoas que estão nas habitações sociais das que vivem em habitações que não sociais, se restringe à questão dos parques infantis,



admitindo que não será muito para além disso, então que todos estávamos de parabéns.-----
Relativamente à habitação para jovens a custos controlados, deu nota que esse foi um processo dinamizado e apoiado pela Câmara Municipal, mas que quem concorreu à construção dessas habitações para jovens foram duas empresas privadas que operavam no Concelho. Disse recordar-se de ter afirmado, na Assembleia Municipal, na altura em que o assunto foi presente à mesma, que a Câmara estava aberta a fazer protocolos com todas as empresas que quisessem actuar nessa área, e exactamente nas mesmas condições que foram dadas a essas duas empresas. -----

Ainda no âmbito desse assunto, deu nota que uma das empresas levou as obras até ao fim mas que a outra nem sequer iniciou uma das obras, devido a uma acção de insolvência dessa própria empresa. Sublinhou que a Câmara não teve nenhum prejuízo, que quem teve prejuízo foram os casais mais jovens que não tiveram a oportunidade de adquirir a sua habitação nesse possível empreendimento. -----

Quanto à questão do Centro de Emprego que, depois, passou a delegação, referiu que a Câmara tem mantido contactos frequentes com os responsáveis por essa matéria, nomeadamente com o Sr. Secretário de Estado respectivo e que, ultimamente, a proposta feita à Câmara ia no sentido de ser possível criar uma delegação em Santa Maria da Feira, com sete a nove funcionários. Nessa medida disse que a Câmara, a bem dos desempregados do Concelho de Santa Maria da Feira, aceitou a delegação, acrescentando que, naturalmente, ficaria mais satisfeita caso fosse criado um Centro de Emprego. -----

A propósito, fez sobressair que a Câmara nunca prometeu o Centro de Emprego nem nunca prometeu a delegação, nem o poderia ter feito porque não é da sua competência, informando que a Câmara continua a manter contactos frequentes com o Sr. Director-Geral do Centro de Emprego e com o Sr. Secretário de Estado, para que esse equipamento venha a ser instalado em Santa Maria da Feira, no interesse das pessoas do Concelho.-----

A respeito da questão colocada sobre a empresa de painéis solares, disse haver afirmações que não devem ser feitas, sublinhando que a Câmara nunca prometeu emprego a ninguém, nunca prometeu emprego na empresa de painéis solares aos ex-funcionários da Ecco, nem aos da Rohde, nem aos de nenhuma outra empresa.-----

Referiu que, naturalmente, nas conversas tidas com o próprio sindicato, conversou-se muito sobre as hipóteses de oportunidade de emprego no Concelho e que uma delas era,



efectivamente, uma empresa de painéis solares que havia anunciado à Câmara que se ia instalar no Concelho. Disse que, naquele momento, não sabia dizer se a empresa ainda se ia instalar no Concelho, e que era da opinião que a mesma não se ia instalar, pelo menos no imediato. Frisou que não se pode assacar culpas à Câmara por uma empresa anunciar um investimento e, depois, não o concretizar. Realçou que se pode criticar a Câmara com realismo porque há muita coisa que podia estar melhor e que não é preciso inventar coisas nem culpar a Câmara por situações pelas quais não é responsável, dando nota que isso indica, até, alguma falta de seriedade e conhecimento da realidade do Concelho.-----

Quanto à questão dos transportes escolares e da falta de condições em que as crianças são transportadas, disse que a Câmara tem conhecimento e está atenta a essa situação, dizendo, contudo, que a Câmara não tem uma acção muito directa na fiscalização, que essa é uma competência da GNR e PSP. Referiu que a Câmara tem, com alguma frequência, falado com as forças de segurança a esse respeito, para que exijam das empresas transportadoras o cumprimento do que está estipulado na lei.-----

Em relação à questão sobre a escola EB 2,3 de Paços de Brandão, esclareceu que a Câmara fez um protocolo com a DREN, que a Câmara está a fazer a obra e que está a haver, efectivamente, algum atraso na feitura da mesma. Disse, contudo, que não é preciso ser-se um “expert” na matéria para perceber que, quando se faz uma obra de requalificação, em que se começam a fazer demolições, nunca se sabe o que se vai encontrar e que, normalmente, é preciso fazer algumas obras complementares. Salientou ser esse o caso, informando, no entanto, que o valor dos trabalhos a mais, naquela obra, não é significativo. Deu ainda nota de que a Câmara tinha dado prorrogações ao empreiteiro mas que o tinha feito a título gracioso, explicando que, nessa circunstância, o empreiteiro não podia apresentar revisões de preços e que, portanto, não era por aí que a Câmara ficava prejudicada.-----

Relativamente ao assunto da localização do aterro sanitário e do estudo de impacto ambiental, levantado pelo membro Mota Pinho, disse que não ia dizer mais nada do que aquilo que tinha andado a dizer, há dois ou três anos a esta parte. Salientou que foi feito o estudo de impacto ambiental para dois terrenos, que estava a decorrer o inquérito público e que, depois dessa fase, quem de direito, ou seja, a Secretaria de Estado do Ambiente, iria analisar e tomar a sua decisão. Fez sobressair que essa tomada de decisão não é da responsabilidade da Câmara Municipal.-----



Quanto à questão colocada pelo membro António Cardoso, sobre eventuais atrasos do licenciamento dos processos e da conveniência de que fosse disponibilizado, na internet, a data de entrada e a data do licenciamento do processo, referiu que, actualmente, qualquer munícipe tem acesso, através da internet, a qualquer processo e pode saber o momento em que o mesmo de entrada na Câmara, o dia da aprovação e o do licenciamento. Deu ainda nota de que, com um conhecimento mais aprofundado, os técnicos da obra e o requerente da mesma têm acesso on-line ao andamento do processo, e a todo o conteúdo do mesmo. -----

Prosseguiu aludindo às questões colocadas pelo membro Pedro Almeida, começando pela questão das ameaças da Indaqua Feira em relação às ligações às redes de água e de saneamento, para esclarecer que a Indaqua Feira não estava a fazer mais do que aquilo que a lei prevê, dizendo aos munícipes que é obrigatório efectuar a ligação a essas redes. -----

Fez notar que quando a Câmara licencia uma casa com um poço ou com uma fossa, esse licenciamento é provisório enquanto não houver uma solução definitiva, realçando ser nessa condição que os licenciamentos são concedidos. Sublinhou que a lei em vigor é clara quando diz que as pessoas são obrigadas a efectuar a ligação às redes de água e de saneamento. -----

Sobre a questão relacionada com o Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua (CCTAR), disse que foi assinado o contrato de financiamento para esse equipamento, que foi feita, aquando dessa assinatura, uma pequena apresentação em Lisboa, informando que, tal como tinha anunciado, possivelmente no próximo mês de Março iria ser feita a apresentação na Biblioteca Municipal desse projecto, e de tudo o que o mesmo envolve. -----

Sobre a questão do número de artigos urbanos que engloba a área adquirida, disse que essa questão não o preocupava muito, frisando que o que sabia é que a Câmara tinha adquirido o terreno por 330 mil euros para a instalação do CCTAR, e que esse projecto não só ia ocupar esse espaço, como ia ocupar o espaço onde, actualmente, se encontra o Cineteatro António Lamoso. Referiu que a Câmara há-de ser ressarcida desse valor por duas formas, em primeiro lugar porque essa verba é comparticipada pelos Fundos Comunitários e, em segundo lugar, devido à autorização da Câmara para a instalação, naquele local, de um centro comercial, em troca de algumas contrapartidas que ajudarão a Câmara a suportar os custos. -----

Salientou que se critica muito a instalação do novo centro comercial e que, sobre isso, lhe chamou a atenção uma notícia que viu no passado fim-de-semana, onde se fazia uma análise ao desemprego verificado no Concelho de Espinho, salientando ser dos concelhos do País que



tem o maior número de desempregados face à população activa, senão mesmo o maior. -----
Salientou que, em contraponto, o artigo referenciava o que se passava no Concelho de Vila Nova de Gaia, dizendo que uma das razões para o menor desemprego verificado naquele Concelho era, exactamente, a concentração de centros comerciais. -----
Salientou que lutar contra a instalação desses centros comerciais é atrasar a economia do Concelho, dizendo, a propósito, estar convencido de que a zona da Cruz desenvolveu-se a partir do momento em que se instalou, naquela zona, o antigo Feira Nova, agora Pingo Doce. Frisou que esses equipamentos trazem efeitos induzidos que, muitas vezes, poderão não ser perceptíveis mas que, em termos reais, acontecem.-----
Sobre o porquê de o CCTAR não ser instalado no edifício do antigo matadouro, esclareceu que essa análise foi feita e que, depois de muita discussão entre os técnicos e as pessoas ligadas ao teatro de artes de rua, foi entendido que a melhor solução era instalar o equipamento no centro da cidade, e que é isso que está a ser feito. Sublinhou que não foi feito nenhum investimento para o CCTAR, no edifício do antigo matadouro.-----
Relativamente às críticas feitas quanto à opção de cobrar as entradas na Viagem Medieval, disse que foi feita uma análise profunda pelas pessoas envolvidas no estudo desse assunto. Frisou que um dos grandes problemas da cobrança da entrada vai ser a logística, fazendo sobressair que se se optasse pela venda de bilhetes com mais do que um preço, isso complicaria muito mais essa logística e que, portanto, a opção recaiu na cobrança do mesmo preço de entrada, quer para um dia quer para os dez dias da duração do evento.-----
A propósito, disse que foi ao Mercado Medieval de Óbidos, dizendo que o mesmo em nada é superior à Viagem Medieval de Santa Maria da Feira, antes pelo contrário, que pagou 5 euros para entrar, e que não viu ninguém reclamar. Deu ainda nota que, nesse evento medieval em Óbidos, mais de 50% da animação era feita por pessoas de Santa Maria da Feira. Informou que também fora à Feira Agrícola em Cantanhede, que pagou 3,5 euros para entrar e que também não vira ninguém a reclamar. -----
Questionou o porquê de se estar a levantar problemas por se cobrar 2 euros de entrada num evento como a Viagem Medieval de Santa Maria da Feira, frisando que, em termos de impacto, esse evento é muito superior a qualquer um dos dois exemplos que mencionou. -----
Quanto à afirmação de que o método de cobrança adoptado favorece as pessoas da cidade de Santa Maria da Feira, disse discordar e que era do entendimento de que poderia favorecer as



peçoas do Concelho de Santa Maria da Feira. Nesse âmbito, referiu que uma peçoas de Argoncilhe ou de Canedo, para falar das freguesias mais distantes, pode vir mais do que uma vez à Viagem Medieval, salientando que isso já não aconteceria, naturalmente, com uma peçoas que se desloque de Lisboa.-----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu aludindo à intervenção proferida pelo membro Feliciano Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros, em relação ao falecimento do Padre Domingos. Acerca disso disse que, em seu nome pessoal e em nome da Câmara, queria associar-se a essas palavras, referindo que, com o falecimento do Padre Domingos, desapareceu uma das peçoas mais brilhantes e sabedoras na área da História e no estudo dos topónimos, tanto em Portugal como, até, a nível internacional. Frisou ser uma honra para o Concelho de Santa Maria da Feira ter, na sua história, uma peçoas com a capacidade e com a sabedoria demonstrada pelo Padre Domingos, e que também não poderia deixar de, nesta Assembleia Municipal, manifestar o seu agradecimento pelo facto de o Padre Domingos ter deixado toda a sua biblioteca à freguesia de Pigeiros e à Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Rui Tavares, sobre os valores praticados pela Indaqua Feira, deu nota que a Indaqua Feira só faz 50% de desconto no preço dos ramais enquanto anda em obra, e dentro de um determinado prazo. -----

Informou que, além do pagamento dos ramais, há um valor a pagar à Indaqua Feira quando a caixa é feita pela Indaqua Feira, frisando, contudo, que cada munícipe pode e tem a legitimidade para fazer a sua caixa. Disse ser assim que se passa e que, se calhar, o membro Rui Tavares foi mal informado a esse respeito, ressaltando que o que está no contrato da Indaqua Feira com a Câmara é o pagamento de uma determinada verba pelo ramal, que está estipulada e que é aprovada na Assembleia Municipal. Concluiu fazendo notar que, naturalmente, é preciso fazer-se uma caixa para a ligação do esgoto mas que cada peçoas pode optar por fazer a própria caixa.-----

Entrou o membro Manuel Joaquim Baptista Cardoso – Presidente da Junta de Freguesia de Gião. Saíram os membros António Vilar Oliveira, Gastão Valente – Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, e Alberto Tavares – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.-----



PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”-----

1 – Acta N.º 9 – Sessão Ordinária de 30 de Dezembro de 2010-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a acta supra-identificada que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da acta, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a acta se refere. -----
Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da mesma, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções, aprovar a Acta n.º 9 – referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2010.-----

2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do I Relatório de 2011, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a actividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 18 de Fevereiro de 2011, documento atempadamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento do assunto.-----

3 – 1.ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos-----

1.ª Revisão ao Orçamento-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à



Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 21 de Fevereiro de 2011 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 56 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, CDU, Ind.), 0 votos contra, e 1 abstenção (BE), aprovar a 1.^a Revisão ao PPI, no valor de 519.640,85 €, a 1.^a Revisão ao Orçamento, no valor de 519.640,85 € – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

4 – Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal (previsional) 2011-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 21 de Fevereiro de 2011 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) começando por dizer que, não sendo uma pessoa muito entendida na questão da avaliação de mapas de pessoal, leu a acta da reunião de Câmara e viu que foi comentado que a alteração proposta, em que são criados catorze cargos de chefia, não traz qualquer despesa para o Município. Referiu que, no seu entender, uma coisa não corresponde com a outra, salientando que os cargos de chefia acarretam, naturalmente, encargos para a despesa da Câmara e para o erário público. -----

Referiu, então, que considerava que a reestruturação, a ser feita, devia ser vocacionada para uma redução de lugares de chefia, e não para o aumento dos mesmos. Solicitou ser -----



esclarecido quanto a essa matéria, dizendo não conseguir perceber que não haja despesa quando há um acréscimo do número de lugares de chefia. -----

Concluiu a sua intervenção salientando que, por outro lado, raramente vê aparecerem propostas de alteração ao Mapa de Pessoal no sentido de serem aumentados os lugares do pessoal de serviços auxiliares, como jardineiros, calceteiros, asfaltadores, cantoneiros, entre outros, ressaltando que para as chefias há mãos abertas, mas que para os trabalhos de primeira necessidade isso não se verifica. -----

Interveio o membro **Pedro Soares** (BE), que começou por dizer que se tem assistido, nas últimas semanas, a uma discussão nacional a propósito dos salários chorudos de diversos administradores de empresas públicas, salientando que o PS e o PSD uniram forças para impedir que o salário máximo desses gestores fosse reduzido para o montante do salário do Presidente da República, permitindo que esses gestores, como os da TAP e os da CGD, ganhem mais do que Angela Merkel ou do que Barack Obama e que, inclusivamente, ganhem mais do que as próprias pessoas que as nomearam. -----

Referiu achar curioso que, após esse debate, se tenha visto o PSD dar o dito por não dito ao dizer que, afinal, sempre queria que os salários fossem reduzidos mas não exactamente do modo como o BE queria. Nesse âmbito, disse que o que o PSD quer, na prática, é que não se perceba o que quer para que tudo fique na mesma. -----

Disse também considerar curioso que, a nível nacional, se veja o PSD acusar o PS de andar a inchar a administração pública com mais e mais dirigentes e que, por isso, é preciso fazer fusões de organismos públicos, é preciso reduzir o Estado, ou seja, é preciso cortar nas pessoas e, depois, a nível local, se veja o PS criticar o PSD por estar a criar mais chefias e, daí, criar mais custos para a Câmara. -----

Focou que o País vai mal porque tanto o PS como o PSD dizem o mesmo dependendo do sítio em que estão, salientando que PS e PSD têm práticas e políticas idênticas, mudando de palavras conforme estejam na oposição ou no Governo. -----

O membro Pedro Soares prosseguiu questionando ao Sr. Presidente da Câmara o porquê dos novos números de dirigentes propostos, dizendo esperar que não lhe fosse dada uma resposta do género da dada pela REN, dando nota que a REN respondeu dizendo que nomeou oito novos administradores mas que isso era algo que já estava previsto nos anos anteriores e que



tinha chegado a altura de ser executado. Fez sobressair que todos esses novos administradores da REN estão a ganhar mais do que o Presidente da República mas que, contudo, a REN está a despedir e a cortar salários.-----

Salientou que, na reunião de Câmara, foi respondido aos vereadores da oposição que, apesar de os lugares serem criados, não iriam ser ocupados em 2011 e que, portanto, escusavam de estar preocupados. Sobre essa resposta, ressaltou que a mesma não era salvaguarda nenhuma porque não se dizia que, por exemplo, caso a Câmara, em 2012, estivesse mais desafogada de contas, esses lugares não seriam preenchidos.-----

Disse esperar esclarecimentos quanto à realidade concreta, referindo que o que ouviu foram respostas administrativas perante escolhas políticas, questionando o que motivou a criação dos lugares e quais as previsões para o preenchimento dos mesmos.-----

Concluiu dizendo que, de uma sessão para a outra da Assembleia Municipal apareceu um novo modelo de Mapa de Pessoal, questionando qual a resposta política das necessidades da Câmara, no âmbito da matéria em causa.-----

Interveio o membro *Pedro Almeida* (CDU), que começou por questionar à Câmara se o Mapa de Pessoal em discussão cumpria com as novas regras de contratação para a função pública, nomeadamente o preceito de que por cada três funcionários que saem, entra um.-----

Questionou, também, quais foram os critérios utilizados para a definição das áreas habilitacionais e funcionais. A esse propósito, referiu que, em diversas situações no Mapa de Pessoal, notou que, no mesmo departamento, às pessoas que ocupam cargos com categorias idênticas, como as de técnico superior, são exigidas áreas habilitacionais sobrepostas, mas com ligeira mudança de designação. Salientou que, em algumas dessas situações, se percebia que se tratava exactamente do mesmo curso com a nuance de que, nuns casos, aparecia a designação desse curso de uma determinada universidade e, noutros casos, aparecia a designação de outra universidade.-----

Concluiu dizendo que gostava de perceber qual a razão para essa variação e quais os critérios que foram estabelecidos.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por salientar que a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal não implicava a ocupação dos lugares criados.-----



Referiu que, perante isso, poder-se-ia perguntar o porquê de se propor a alteração, esclarecendo que isso está a ser feito por uma razão muito simples, que é para possibilitar, em termos contabilísticos, fazer a afectação em cada um dos sectores, de acordo com a estrutura aprovada. -----

Salientou que se não estivesse prevista, na estrutura, o lugar de chefia, a Câmara não poderia, em termos contabilísticos, alocar a despesa nessa área específica. -----

Realçou, também, que todos os lugares de chefia que se propõe criar, estavam previstas no anterior Mapa de Pessoal, sublinhando que, em comparação com o anterior, o número de lugares de chefia é menor. -----

Aludindo à intervenção do membro Pedro Soares, esclareceu que a Câmara não tem necessidades políticas, mas sim necessidades reais. Frisou que no Orçamento Municipal está prevista uma verba e que a Câmara não a vai poder ultrapassar, e que nessa se prevê os poucos lugares que podem vir a ser ocupados. Disse que se prevê que alguns desses lugares possam vir a ser ocupados até Dezembro de 2011, mas que outros poderão não o ser, no decorrer deste ano. -----

Sublinhou, contudo, que a presente alteração ao Mapa de Pessoal é necessária essencialmente para se poder, em termos de contabilidade de custos, afectar ou alocar a despesa a cada um dos sectores. -----

Relativamente à questão se a Câmara estava a cumprir, ou se ia cumprir a norma que estabelece que só pode entrar um funcionário, saindo dois, fez notar que a Câmara tem cumprido muito mais do que isso, e que ao se analisar os últimos três ou quatro anos se constata que a Câmara tem muito mais saídas do que entradas, e por uma diferença muito grande. Concluiu ressaltando ser intenção da Câmara continuar com essa política durante o ano 2011 e, possivelmente, durante o ano 2012. -----

Entretanto, no decorrer da discussão deste assunto, saíram os membros Arménio Magalhães de Oliveira, Alexandra Sousa, Manuel António Ferreira e Jorge Manuel Silva. Reentraram os membros Gastão Valente – Presidente da Junta de Freguesia de Escapães e Alberto Tavares – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.-

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal



deliberou, por maioria, com 38 votos a favor (PSD, PS:4, CDU, Ind.), 14 votos contra (PS) e 3 abstenções (CDS/PP, BE, PS:1), aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal (previsional) 2011 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

Em conformidade, fica, por conseguinte, reformada a deliberação de 30 de Dezembro de 2010, no respeitante a esta matéria. -----

5 – Adesão do Município de Santa Maria da Feira ao Consórcio IIIES – Instituto Internacional de Investigação e Educação para a Saúde-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 27 de Dezembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 54 (PSD, PS, CDS-PP, CDU, Ind.) votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção (BE), autorizar a adesão do Município de Santa Maria da Feira ao Consórcio IIIES – Instituto Internacional de Investigação e Educação para a Saúde, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 27 de Dezembro de 2010. -----

6 – Suspensão parcial do Plano Director Municipal (deliberação da Assembleia de 24/06/2005)-----

- Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais, Acolhimento Empresarial e Logística

O *Sr. Presidente da Assembleia*, relativamente a este assunto, informou que o mesmo, a solicitação da Câmara, é retirado da Ordem do Dia, uma vez não ter sido distribuída



documentação de apoio à discussão do assunto. Passou, por isso, para o ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

7 – Aumento de capital e alteração dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de Janeiro de 2011 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. Ressaltou tratar-se de um assunto para conhecimento da Assembleia, questionando se algum dos membros pretendia intervir para colocar alguma questão à Câmara, no âmbito da matéria em epígrafe. -----

Interveio o membro *Pedro Soares* (BE) questionando se a alteração em referência tem a ver com a questão do pagamento, ou não, do IVA, no que diz respeito às transferências da Câmara para a Feira Viva. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra para esclarecer que o assunto em agenda não tinha nada a ver com a matéria do pagamento do IVA, frisando que o aumento de capital foi aprovado na Assembleia Municipal mas que, na ocasião, não ficou discriminado como é que seria feito o aumento de capital, sublinhando que esse aspecto é obrigatório ficar estabelecido. Referiu que a Câmara deu indicações à Conservatória de que o aumento era em numerário, que esse aspecto foi rectificado na Câmara Municipal e que, então, disso estava a ser dado conhecimento à Assembleia Municipal. -----

Quanto à questão do IVA, informou não ter havido evolução desde a informação que prestou na última sessão da Assembleia, referindo estar a aguardar-se que seja emitido, por parte das Finanças, um esclarecimento global, que seja aplicado em todo o País, de como vai ser pago o IVA, se à taxa de 6% ou se a 23%, e se vai ser pago “por dentro” ou se “por fora”. -----
Sobre essa situação de o IVA ser pago “por dentro” ou “por fora”, explicou dando como exemplo uma transferência de 500 mil euros, da Câmara para a Feira Viva, esclarecendo que a diferença está se, nesses 500 mil euros, o IVA já está incluído ou se ainda tem de ser acrescentado a essa verba. Referiu esperar, até pelos contactos tidos com a Direcção de Finanças de Aveiro, que a decisão das Finanças, a aplicar em todo o País, seja no sentido de



que o IVA é pago à taxa de 6%, e que seja pago “por fora”. -----
Concluiu ressaltando que, actualmente, o que se passa é que algumas Direcções Distritais de Finanças estão a aplicar uma taxa de IVA, outras estão a aplicar outra, e outras não a estão a aplicar e que, perante isso, a Câmara está a aguardar que a situação seja completamente definida. -----

E, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação camarária de 10 de Janeiro de 2011, no sentido de que o aumento de capital da Feira Viva, Cultura e Desporto, EEM, é efectuado em numerário. -----

Saiu a deputada municipal Idalina Noémia Abreu, tendo reentrado o membro Jorge Manuel Silva. -----

8 – Aquisição de Bens “Fornecimento de Combustíveis e Equipamento Necessário ao Abastecimento e Software de Gestão de Frota”-----

- Autorização da Repartição de Encargos-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 21 de Fevereiro de 2011 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 55 dos 64 membros que compõem este Órgão, autorizar a repartição de encargos para os anos de 2011, 2012 e 2013, respeitante à Aquisição de Bens supra-identificada, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de -----



21 de Fevereiro de 2011.-----

PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou existirem três cidadãos inscritos para intervirem neste período, salientando que a ordem de intervenção é de acordo com a ordem de inscrição. Informou que o primeiro cidadão inscrito é o Sr. Luís Almeida de Castro, residente em Rio Tinto, e que o mesmo se havia inscrito para falar sobre o processo de obras n.º 945/2008, dando nota que, em segundo lugar, estava inscrita a cidadã D.^a Maria Emília Silva Cruz, residente na freguesia de Mozelos, para falar a respeito de um pedido de atribuição de habitação social. Informou ainda que, em terceiro lugar, estava inscrita a cidadã D.^a Carla Marisa Pimentel Pereira, residente na freguesia de Lobão, para falar sobre o assunto “possível encerramento dos serviços de Finanças de Feira II, III e IV”. --- Feita a chamada, e verificando que o primeiro cidadão inscrito não se encontrava presente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra, nos termos do Regimento, à cidadã D.^a Maria Emília Cruz.-----

Usou da palavra a cidadã *D.^a Maria Emília Cruz*, que efectuou a sua intervenção baseada em documento que deixou à Mesa cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Falam muito em igualdade nesta Câmara, é blá blá blá. No dia 21/02/2011 compareci na reunião que a Câmara dedica aos munícipes para exporem os seus dilemas. Refiro que o tenho feito com assiduidade devido à doença que me aflige, isso me obriga pedindo com veemência uma casa, mas que me tem sido negada há longos anos. No decorrer da minha narrativa dirigida ao Sr. Presidente, voltando a focar o perigo que eu e o meu filho passamos e por isso a possível morte nos rodeava demonstrando o que nos era necessário para sobreviver. -----

Excelência: a vaidade não me povoa. -----

A resposta não se fez esperar, com brusquidão, mesmo vocifera! Que morram para aí!...-----
Afinal onde pára a moral deste que titulo sem medo de errar de autêntico carrasco, fiquei perturbada com tal despudor, articulei com voz entrecortada pela emoção, evocando o meu grande advogado, que é o ser dos tempos remotos. Tal nome é desnecessário evocar, esse multiplicou o pão para dar a quem necessitava e assim com passo estugado saí de tal local, de má memória, mesmo assim com esta decepção, não baixarei os braços, volto lá nem que seja



para marcar presença em silêncio, esperando que tal mente compreenda que o faço para clamar justiça, não é para ofender, tal acção é para dignificar a pobreza que deambula ao lado da riqueza sem que esta se note. -----

Este senhor é um demagogo, dá tudo e não dá nada. Alguém dá este dinheiro para dar a quem? Se eu não fui beneficiada, para onde canaliza tais dádivas.-----

Eu não tenho nada contra outras etnias, mas eu sou portuguesa. Também mereço.” -----

Usou da palavra a cidadã *D.^a Carla Pereira*, que começou por fazer notar que a sua intervenção se prendia com o eventual encerramento das repartições de finanças II, III e IV do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Nesse âmbito disse que, através da Assembleia Municipal, queria questionar o Sr. Presidente da Câmara relativamente a qual o conhecimento que o mesmo tinha acerca do encerramento dessas repartições, e se a Câmara defendia, ou não, esses encerramentos. -----

Seguidamente, questionou se havia consciência e preocupação do prejuízo e constrangimento que os encerramentos causariam à população, bem como as dificuldades que acresceriam às empresas. Referiu que, nas áreas abrangentes, a maioria do tecido empresarial é composto por pequenas empresas, salientando que essas já se deparam com uma conjuntura económica que lhes provoca uma asfixia tremenda e que teriam pela frente, com a situação do encerramento das repartições de finanças, um entrave ainda maior.-----

Referenciou o caso concreto da repartição de Finanças III, na freguesia de Lobão, dizendo que a mesma possui instalações próprias, que não suporta qualquer custo com renda e que serve nove freguesias pertencentes ao Concelho. -----

Fez sobressair que um contribuinte dessas freguesias abrangidas pela repartição de Finanças III, para se dirigir ao serviço de Finanças Feira I, na cidade de Santa Maria da Feira, teria de se deslocar mais de 20 km em cada sentido perfazendo, na sua totalidade, mais de 40 km, acrescentando que, nessas localidades, os transportes públicos para a sede do Concelho são quase inexistentes, e que esses contribuintes poderiam demorar quase um dia útil para tratar de um simples assunto fiscal.-----

Disse estar-se perante uma população com características socioculturais específicas, em que impera um grande grau de analfabetismo funcional, e que é uma população que já se vê privada de muitos serviços públicos. Salientou que, de acordo com os dados existentes, a



repartição de Finanças III foi, a nível distrital, o serviço que, nos últimos anos, recebeu mais declarações fiscais em papel, frisando que isso comprova ser uma população com relutância na aderência aos serviços on-line. -----

Questionou se a Câmara não deveria intervir perante a situação que se mostra mais provável, ou seja, perante o encerramento dos serviços de Finanças II, III e IV, sugerindo que a Câmara poderia propor a continuação dos balcões de finanças abertos, mesmo sem autonomia, ficando sob a dependência do serviço central – Feira I, mas continuando a funcionar nas instalações onde presentemente funcionam. -----

Questionou como é que a repartição de Finanças Feira I poderia servir uma população de mais de 147.000 habitantes, se seria aberta outra secção, se a mesma seria alargada ou mobilizada e, nesse caso, para que instalações e com que custos. -----

Disse que queria referir que compreende a decisão numa perspectiva de redução de serviços, mas que questionava se a solução do encerramento dos serviços que referenciou era a melhor solução, em termos de custo/benefício para a população Feirense, e se a Câmara não deveria estudar soluções alternativas, como a que sugeriu anteriormente. -----

Concluindo, questionou qual a posição que seria assumida pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal caso se confirmasse a decisão pelo encerramento, perguntando se iriam manter a eterna postura de impassibilidade, dizendo que essa postura vem acontecendo com várias decisões políticas e que essas decisões têm afectado negativamente e prejudicado, e muito, as populações. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* salientou que, no que dizia respeito à Mesa da Assembleia, a mesma não tinha respostas a dar às questões colocadas pelas duas cidadãs, dizendo que, pela sua natureza, as questões dirigiam-se à Câmara Municipal. -----

Fez sobressair que o Regimento conferia à Câmara a faculdade de responder na sessão ou, então, posteriormente, consoante a mesma estivesse, ou não, habilitada para o fazer. Posto isso, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* salientou que a resposta, quanto à possibilidade do encerramento das repartições de finanças II, III e IV no Concelho, foi dada pela moção que foi aprovada, na presente sessão, pela Assembleia Municipal, dizendo que não tinha mais a acrescentar,



relativamente a essa matéria. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, verificando que o Sr. Presidente da Câmara não tinha mais explicações a dar, submeteu a minuta da acta desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a acta desta sessão. ----
Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 00,30 horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta acta que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,
